

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ALISON NASCIMENTO TEIXEIRA

**O *RAP* COMO "A VOZ DA PERIFERIA" E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO
NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS**

UBERLÂNDIA
2018

ALISON NASCIMENTO TEIXEIRA

**O *RAP* COMO "A VOZ DA PERIFERIA" E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO
NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS**

Monografia apresentada ao Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Gláucia Carvalho Gomes

UBERLÂNDIA
2018

A minha família e aos que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão desta etapa, materialização de um sonho...

AGRADECIMENTOS

A Gláucia, orientadora, pela paciência, dedicação e por todos os ensinamentos sobre a Geografia.

A Bianca, Mária, Lecão, Ana Clara, Fabão, Letícia, Lari, Gledmar, Ana, Mateus, Lazara, Marcia, Marcia S., Bel, Gelson, Luisão, Aline e Ruhan, pela cumplicidade.

Ao pessoal do Laboratório de Geografia Agrária (2014 – 2016) e do Laboratório de Ensino de Geografia (2016 – 2018), importantes etapas da minha formação.

A todos que fazem o movimento hip hop e do rap, “uma arma para a periferia”, como dizia Sabotage...

E se a mente deprimida resolver se rebelar?
(Consciência Humana, 2003)

RESUMO

Este trabalho tem como proposta fundamental discutir a centralidade das periferias no processo contemporâneo de produção e de reprodução do espaço urbano no Brasil, e, nesse contexto, buscar compreender a dimensão do rap como expressão da cultura e resistência. Em uma primeira aproximação com o tema, intentamos dialogar com autores que tratam da urbanização para entender o lugar das periferias na reprodução do espaço, levantando alguns pontos e discussões importantes para se compreender as cidades. Em um segundo momento procuramos identificar o hip hop e o rap como formas de expressão que surgem e tornam-se expressão de jovens marginalizados, representando parte importante de um grupo social, que busca dialogar com temas que são recorrentes no cotidiano das periferias. Da aproximação procuramos destacar a centralidade e os desafios de uma Geografia, em compreender e atuar em busca da transformação, tendo no horizonte um novo mundo.

Palavras-chave: Urbanização, Produção do Espaço Urbano, Rap, Geografia

RESUMEN

Este trabajo tiene como propuesta fundamental discutir la centralidad de las periferias en el proceso contemporáneo de producción y de reproducción del espacio urbano en Brasil, y en ese contexto examinar y comprender la dimensión del rap como expresión de la cultura de resistencia. En una primera aproximación, intentamos dialogar con autores que tratan de la urbanización para entender el lugar de las periferias en la reproducción del espacio, levantando algunos puntos y temas importantes para comprender las ciudades. En un segundo momento, buscamos identificar el hip hop y el rap como formas de expresión que surgen y se tornan expresión de jóvenes marginalizados, representando parte importante del grupo social, que busca dialogar con temas que son recurrentes en lo cotidiano de las periferias. De la aproximación perseguimos destacar la centralidad y los desafíos de una Geografía, en comprender y actuar en busca de la transformación, teniendo en el horizonte un nuevo mundo.

Palabras-clave: urbanización, producción del espacio urbano, Rap, Geografía.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	9
2.	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: BREVES CONSIDERAÇÕES A INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO BRASILEIRA	17
2.1.	A urbanização brasileira e o planejamento urbano: a questão das periferias	18
2.2.	A atualidade da questão urbana	36
3.	BREVE HISTÓRIA DO MOVIMENTO HIP-HOP E DO RAP NO BRASIL	43
3.1.	O desenvolvimento do hip hop e do rap	43
3.2.	Alguns apontamentos sobre o hip hop e o rap no Brasil	50
4.	DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO AO RAP: CAMINHOS PARA A COMPREENSÃO DA CENTRALIDADE DA PERIFERIA NA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO	59
4.1.	Contribuições das composições de rap para a compreensão da dinâmica do espaço urbano no Brasil	60
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	76

1. INTRODUÇÃO

Busca-se, nesta pesquisa, compreender, a partir da manifestação sociocultural do rap, os sentidos e conteúdos que compõem a periferia, e como esta integra a reprodução do espaço urbano no Brasil, considerando suas funcionalidades e possibilidades reafirmadas ou inscritas cotidianamente.

De acordo com Carlos (2007, p. 20), a análise espacial da cidade, quanto ao que se refere ao processo de produção, revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade. Para a autora, a produção (e reprodução) do espaço é construída pelo que denomina de Prática Sócio-espacial, que consiste na ação dos seres humanos sobre o espaço, produzindo-o e sendo reproduzidos por ele. No mesmo sentido, Moreira (1982) afirma que no cerne de todo arranjo espacial estão as relações sociais que, nas condições históricas do presente, revelam-se como relações de classes. As cidades, que podem ser vistas como a materialidade desse processo, moldadas por esses conflitos, assumem formas estratificadas, que revelam em sua espacialidade as desigualdades sociais. Nelas, quase sempre, são as periferias o lugar daqueles que integram as classes populares.

Cidade e periferia são temáticas caras para muitas áreas do conhecimento, sendo que sobre cada uma construiu-se diferentes abordagens e interpretações acerca das mesmas. Contudo, o que unifica o olhar dessas diversas áreas é que, de maneira mais ou menos intensa, todas contribuem para a compreensão da urbanização como processo social e histórico que foi moldando e construindo a sociedade, tal como se revela contemporaneamente.

Um dos possíveis caminhos para se entender a questão urbana atual, é, certamente, a reflexão sobre a segregação espacial, considerando essa como constituinte das relações estruturais na e para com a cidade contemporânea. A segregação espacial revela-se como um processo em que o espaço urbano é estruturado de uma maneira social e materialmente desigual. Nas grandes cidades este processo pode ser visualizado, por exemplo, pelos espaços específicos criados para as classes abastadas e os espaços das classes pobres, em que cada espacialidade têm como característica, dentre outras, o fato de serem providas ou não materialmente. Mas, também, pelo caráter simbólico que se associa a estes lugares e aos seus sujeitos.

Outro elemento fundamental para se compreender a desigualdade socioespacial é o reconhecimento de que a desigualdade que se materializa no espaço urbano atua e se perpetua por meio de, pelo menos, dois grandes instrumentos. O primeiro, é o que ocorre no âmbito das relações de trabalho, a exploração e, o segundo, é o que se opera no viver a cidade, no atendimento das necessidades do indivíduo em seu cotidiano, a espoliação urbana.

Antes que avancemos na reflexão acerca da desigualdade socioespacial urbana é importante que se explicita a premissa da qual se parte, qual seja, que a cidade que se analisa é aquela produzida pela forma e conteúdo capitalista. Não se desconsidera que em outras formas/conteúdos urbanos não haja ou tenha havido estratificações. Mas se reconhece que é na e pela urbanização capitalista que a cidade assumiu forma própria e específica, na medida em sua produção se estrutura e reestrutura pela reprodução e acumulação ampliada da riqueza em sua forma monetária.

É nesse contexto que a exploração do trabalho se integra. É por meio da exploração que ocorre na relação de trabalho que se obtém o trabalho não pago, a mais valia – seja na forma absoluta ou relativa – que amplia a riqueza e faz com que ela se acumule em determinado estrato social. Mas não é essa a única fonte de acumulação e ampliação da riqueza no contexto de uma sociedade urbanizada que se estrutura a partir da formação do Estado. Henri Lefebvre, em *A Revolução Urbana*, afirma vivermos em uma sociedade burocrática do consumo dirigido. Da densa reflexão que envolve essa afirmação, é importante que se considere que ela também comporta o arranjo burocrático que, dentre outros aspectos, envolve a contribuição social compulsória gerida e administrada pelo Estado, a ser reinvestida em forma de serviços necessários à reprodução socioespacial. É nesse escopo que se materializa o segundo instrumento. O processo de espoliação urbana dialoga com a imposição da insuficiência do salário dos trabalhadores para atender suas necessidades de reprodução, sendo muitas atendidas pelo Estado, sob a aparência de subvenção ao trabalho, mas que se revelam como subsídios ao capital. Na medida em que o valor percebido como salário não é suficiente para atender todas suas necessidades do viver na cidade, esse trabalhador é submetido a outro tipo de relação, a da espoliação, processo em que é submetido à precarização do existir no espaço urbano, que oferece condições aquém de sua necessidade e, ainda, o obriga, a se consumir mais ainda nessa relação. Seja na autoconstrução de moradias, nas longas viagens diárias nos transportes coletivos precários ou no acesso insuficiente a serviços essenciais, como o de saúde e de educação, para os quais contribuem, o que se materializa é que ao ser negado ao trabalhador ou possibilitado de forma precária, resta-lhe buscar minimizar tal precariedade assumindo como sobretrabalho ou assumir negação. De uma forma ou de outra, o que se revela é um novo consumo imposto ao trabalhador, cujo resultado é a ampliação da riqueza que se acumula para aqueles que detêm e controlam os meios de produção. Processo que se materializa na forma urbana e que se revela nas paisagens urbanas.

Nesta perspectiva, é preciso considerar o quanto a compreensão da segregação torna-se relevante para entender a urbanização brasileira. Segundo Caldeira (2000), trata-se de processos

fundamentais para a organização do espaço urbano capitalista, cujo objetivo principal é estabelecer padrões de diferenciação social e de separação espacial, de modo a permitir a manutenção da dominação de uma classe sobre a outra no espaço urbano. Assim, a segregação, variando cultural e historicamente, revela os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam nos espaços de disputa e de construção da cidade.

Entre os padrões de segregação espacial destacados por Caldeira (2000, p. 211), o padrão centro-periferia constitui-se em padrão relativamente recente, que se desenvolveu a partir da década de 1980, mas que se tornou fundamental para explicar a estruturação das grandes cidades e metrópoles no Brasil. O padrão centro-periferia é caracterizado pelas grandes distâncias (reais e/ou simbólicas), onde as classes abastadas e médias moram mais próximas ao centro, em lugares com acesso a todos os serviços necessários, considerando tratar-se de espacialidades materialmente bem providas e cuidadas para que assim o seja. Já a população pobre mora nas periferias, quase sempre materialmente desprovidos e precários.

Anteriormente, as periferias distinguiam-se pela distância espacial. Ainda que esse padrão persista, o mesmo se tornou insuficiente para definição do que compõe a essência da periferia. De fato, o acentuado crescimento urbano “aproximou” as demais espacialidades das periferias. Contudo, sua distância simbólica e material, sua condição de lugar de repetição e dominação permanecem, quase intactos, definindo a essência periférica. Assim, o que Caldeira (2000) denomina de “novo padrão” é caracterizado por espacialidades em que os grupos sociais estão muitas vezes próximos espacialmente, mas separados por muros, simbologias e aparatos de tecnologia de segurança, conformando o que a autora denomina de “enclaves fortificados”. Tais enclaves constituem-se em espaços privatizados das classes abastadas para consumo, moradia, lazer e trabalho, mesmo que cercados pelas imensas periferias precárias que circundam ou foram circundadas pelos “enclaves fortificados”.

Contudo, esse novo padrão não afeta apenas a forma-conteúdo de morar. Ele alcança, e altera, a concepção de público-privado, fechando as cidades para grande parte de sua população. De acordo com Ana Fani A. Carlos,

O uso deixa marcas profundas no espaço, cria traços que organizam comportamentos, determinam gestos, explicitando-se através das formas de apropriação dos lugares da metrópole enquanto microcosmo que ilumina a vida. Já as relações de propriedade criam os limites do uso, redefinindo-o constantemente e isto nos é revelado pela tendência à destruição do espaço público como espaço acessível às possibilidades do uso. (CARLOS, 2007, p. 14)

Carlos (2007) considera tratar-se da tendência da destruição do espaço público nas cidades, destacando a questão da passagem do “consumo no espaço ao consumo do espaço”, fato que demonstra que “os usos dos lugares da cidade estão submetidos à lógica do valor de

troca”. Em certo sentido, o consumo do trabalhador por meio das relações de exploração e espoliação, integram e compõem o processo de submissão da urbanização ao processo de reprodução e acumulação ampliada da riqueza. Processo que, por sua vez, como demonstra a autora, na produção da cidade se revela como a construção de um espaço urbano desigual, caracterizado por processos que buscam e priorizam o privado ante o público, o distanciamento ante a aproximação, a realização monetária ante a realização da vida.

Mas essa cidade desigual também é reveladora de outras dimensões. Ela também pode ser vista como materialização do processo de produção capitalista do espaço urbano, onde existem complexas relações entre os que têm e os que não têm acesso a serviços básicos, os que têm e os que não têm cidadania¹ ou a têm de forma precária. Isto porque, a produção capitalista do espaço urbano acompanha a lógica capital. Ou seja, o processo de produção da riqueza é social e a apropriação é privada. Desse modo, a cidade capitalista sempre resultará em uma materialidade cujo espaço espelhará segmentos sociais materialmente abastados e suficientemente (por vezes, excessivamente) atendidos pelos equipamentos urbanos e outros segmentos que se situam à margem, sendo precariamente atendidos por tais equipamentos, realizando sua existência no limite da vulnerabilidade social, econômica e espacial. No limite do existir humano.

A cidadania tratada aqui não é aquela que opera apenas no campo formal. Trata-se daquela que sistematicamente é negada aos moradores da periferia, também abordada por Harvey (2014), ao refletir sobre o direito à cidade. Como este demonstra, trata-se de um tipo de direito que está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Sendo, portanto, o direito à cidade visto como um direito comum e não individual, é a liberdade de construir e reconstruir a cidade como lugar de realização da vida e, portanto, como espaço propício a essa realização. O que só ocorre na relação com o outro e com a cidade como lugar do existir coletivo, forma de direito que não encontra seu lugar na cidade produzida como mercadoria. Porque a cidade para a reprodução da vida é antagônica à cidade para o capital, considerado que esta demanda a exploração e espoliação daquela.

Sob tal condição, essa cidade resulta de uma cidadania que também é segregada. A cidadania aqui tratada, como visto, foge da cidadania formal onde, segundo Carlos (2007), “o

¹ Consideramos aqui as discussões sobre a cidadania para além de uma cidadania formal – aquela que é ter direito civis, direito políticos e sociais – mas aquela cidadania que é negada aos moradores da periferia, argumentada por Chauí (1984) e Carvalho (1998), em que além de ter direito aos direitos constituídos é necessário ter direito a ter novos direitos e, principalmente, a dizer no espaço público sobre as suas necessidades e suas convicções e ter essas necessidades e convicções consideradas no debate sobre o Urbano.

homem, habitante da metrópole, entendido ora consumidor, ora produtor, mão de obra ou ainda usuário, nunca assumiria a condição de sujeito da reprodução do espaço urbano”. E, se este lugar não assume a cidade que resulta deste processo também não é a cidade para esses sujeitos, aquela capaz de refletir seus anseios e possibilidades de realização.

Mas, na cidade assim produzida, qual é o lugar e conteúdo da periferia? E, ainda, como se estabelecem as condições, formas e conteúdos de manifestação dos sujeitos que formam e se formam no e pelo viver periférico?

José de Souza Martins (1992) também considera que a segregação é estrutural à cidade capitalista. Contudo, seu olhar sociológico considera a segregação socioespacial sob a perspectiva dos lugares e de seus sujeitos, onde se delimitam e se diferenciam lugares: lugares de decisão e locais subordinados; lugares acessíveis e lugares isolados etc. Em diálogo com Henri Lefebvre, afirma que o subúrbio (periferia) está proposto, entre nós, como um lugar da reprodução e não da produção; como lugar da repetição e não da criação; como lugar do cotidiano e não da História, como lugar de dominação e de dominados. Como locus do morar e trabalhar, a periferia é, assim, funcional. Funcional à reprodução capitalista do espaço. E, ao ser assim situada, como fragmento funcional, estabelece-se ou lhe é imposta a condição de reprodução e repetição, retirando ou (limitando) do lugar e de seus sujeitos a condição de criação e determinação sobre sua própria existência. Somente pela negação que comporta, já se trataria de processo bastante perverso. Contudo, ao situar a periferia sob tal condição a cidade capitalista a situa como repetição mimetizadora, como simulacro, impedindo ou limitando que lugar/práticas/ideias se inter-relacionem como fundamento do viver sob determinada condição. Reafirma a retirada dos sujeitos a condição de determinação sobre sua própria existência.

A consideração destes (e de outros aspectos que serão apresentados adiante) nos permite algumas observações. A primeira é que a periferia é fundamento da reprodução socioespacial urbana capitalista. A segunda derivada da primeira, é que a periferia não deve ser vista como uma anomalia do espaço urbano, mas como parte estrutural de uma urbanização que se alimenta da exploração e espoliação das espacialidades e de seus sujeitos. É inegável que, sob a lógica da concepção dominante na produção social do espaço, busca se reduzir a periferia e seus moradores como meros instrumentos necessários à reprodução ampliada da riqueza. O que, inegavelmente, constitui-se em significativa redução. Entretanto, o que prepondera é a consideração da periferia a esta condição instrumental. Concepção que, hierarquizada e desqualificadora, não raro, são reforçadas por vários meios, especialmente na representação dos meios de comunicação de massa que, pelas mais variadas formas desqualifica a periferia, inferiorizando-a.

Porém, um olhar mais atento, revela que a periferia comporta outras realidades. Para além da função que lhe é constantemente atribuída, na e pela periferia também se constroem possibilidades e realidades que permitem a ela (e seus moradores) (re)existir, também, de outra forma, para outro conteúdo. Se a espacialidade da periferia é lócus da lógica imposta, da reprodução e não da produção, da repetição e não da criação, nela também se recriam, como formas de (re)existir, possibilidades e resistências que se expressam de múltiplas e variadas formas, por múltiplas e variadas linguagens.

É neste contexto, como um movimento expressão da resistência de possibilidades periféricas que o rap e o movimento hip-hop² são aqui considerados. Como formas de expressão encontradas por parte desses moradores, reveladoras de um determinado modo de vida que não é só uma repetição, mas é também criadora de práticas que dialogam com e são portadoras das necessidades do lugar. O hip-hop é, portanto, aqui considerado como movimento que tenta romper com essa lógica de dominação e imposição, por meio da criação e da constante busca pela transformação e revelação das periferias em múltipla complexidade. Adiante, estudaremos esse movimento como uma das dimensões da complexidade que envolve a periferia.

Por ser a expressão de jovens que passavam por muitos problemas semelhantes, rapidamente o hip-hop se espalhou para as grandes cidades dos Estados Unidos e do mundo, ganhando características específicas em cada lugar. Os traços da urbanização brasileira explicam as principais características assumidas pelo movimento hip-hop no país, o protesto contra a desigualdade, a violência, o racismo e vários outros problemas sociais característicos de uma urbanização contraditória e segregadora, que se tornaram pautas dentro das discussões propostas pelo hip-hop.

É neste sentido que, neste trabalho, propõe-se refletir sobre o rap, como expressão da reprodução socioespacial de uma Urbanização Crítica, nos termos definidos por Damiani (2000).

Isto porque, parte-se da premissa que o hip-hop e, especialmente o rap, desde sua origem, constituem-se numa forma de manifestação de um determinado segmento social, aquele que se territorializa em muitas das periferias urbanas brasileiras e que estabelece (voluntariamente ou não) formas muito próprias de se relacionar na e com a cidade, e, a partir disso, a produzem. Assim, propomos pensar a cidade a partir de letras de rap e os temas

² O hip-hop é caracterizado pela reunião de vários elementos, sendo que quatro destes são considerados, por grande parte dos integrantes, principais: o MC, o Mestre de Cerimônia, responsável pelas rimas; o DJ, responsável, em uma primeira aproximação, pelos ritmos e por reproduzir a batida em que o MC rima; O Graffiti, que é a expressão da arte urbana pelo desenho; e o Breaking-dance, que são os passos de danças feitos sobre as batidas e rimas.

discutidos nelas, considerando-os importantes elementos de aproximação para se compreender o Urbano a partir da a periferia.

A partir desse objetivo central, compõem, como objetivos específicos, verificar em que medida, tais letras revelam (ou não), para além da crítica à urbanização conservadora, um outro projeto de um projeto de cidade; também, se por meio do rap é possível compreender a reprodução social urbana e lugar da periferia, não apenas no processo de produção e reprodução capitalista do espaço, mas também como possibilidade do devir. Como estratégia para responder aos dois objetivos específicos iniciais, apresenta-se a necessidade de dois outros que assim se colocam como instrumentos para os anteriores, quais sejam: realizar um breve resgate histórico da urbanização brasileira, bem como do rap, com ênfase à sua manifestação no Brasil.

Os elementos até aqui considerados revelam ou definem os contornos da problemática que norteia esta pesquisa. Assim, a partir da condição estratégica da periferia para a reprodução social do espaço, que aqui se propõe analisar pela perspectiva hip-hop/rap, colocamos como questão entender: qual a relevância e sentido do estudo acerca da periferia para a geografia contemporaneamente? Quais as contribuições do rap como uma das expressões periféricas para a compreensão do processo contraditório que se materializa na produção do espaço urbano, especialmente da periferia? Quais as possibilidades inscritas neste meio de manifestação, para além do caráter de desnudamento das condições infracidades impostas à periferia?

Esse estudo justifica-se pela possibilidade de contribuir para a compreensão do espaço urbano e da periferia por meio de uma de suas linguagens características, o hip-hop/rap. Ainda, porque o estudo acerca da periferia é essencial para a compreensão da reprodução social do espaço, a partir das especificidades e de funções que a ela, à periferia, são atribuídas. Ainda, porque se tem como premissa que o estudo da periferia por uma de suas linguagens pode ser revelador de outros conteúdos que, em princípio, tendem a não ser observados a partir de um estudo que se situa fora do lugar. Outro elemento justificador importante situa-se no fato que o hip-hop/rap, movimento característico da periferia, traz em suas letras determinada concepção de cidade, sob a perspectiva de quem vive o cotidiano da periferia, podendo contribuir assim, para a Geografia, em seu estudo acerca do espaço vivido e concebido.

Para cumprir os objetivos propostos nesta pesquisa, delimitamos alguns procedimentos metodológicos. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca do processo de urbanização no Brasil e sobre o movimento hip-hop, discutindo principalmente o rap. Posteriormente, selecionamos letras como base para a análise e compreensão da reprodução social do espaço urbano e da periferia a partir da rap.

A partir dos elementos aqui colocados e no intuito de responder as questões apontadas, esta pesquisa estrutura-se em três capítulos. No primeiro buscamos entender o lugar das periferias na produção e reprodução (desigual) do espaço urbano no Brasil, entendendo as cidades e suas recentes transformações, por meio de uma breve análise acerca dos aspectos gerais da urbanização no Brasil. No capítulo dois, busca-se analisar a origem e sentidos do movimento hip-hop/rap e seu lugar na periferia. Já no terceiro e último capítulo, procura-se compreender o Urbano pela periferia, procurando desvendá-la por meio da análise da manifestação sociocultural do rap, buscando compreender os sentidos e conteúdos que compõem a periferia e como esta integra a reprodução do espaço urbano no Brasil.

2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: BREVES CONSIDERAÇÕES A INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

No percurso de se compreender a questão urbana brasileira, uma de nossas preocupações centrais foi evidenciar como se deu no processo de urbanização e industrialização no Brasil, a conformação dos espaços periféricos. O referencial teórico bibliográfico selecionado nos permite fazer um breve resgate histórico dessa urbanização, com objetivo de entender a essência desse processo. Para tanto, partimos do caso de São Paulo e Rio de Janeiro, considerando terem sido estes os espaços urbanos centrais no contexto da urbanização brasileira, na medida em que se constituem (ou se constituíram) em formas urbanas estratégicas na organização territorial brasileira. Tal opção, no entanto, não implica em ignorar as especificidades presentes na urbanização de cada cidade. Contudo, dada a impossibilidade do estudo das especificidades de cada espaço urbano, foi feita a opção pela consideração daquelas espacialidades urbanas que organizaram as demais.

Entre os possíveis caminhos para se analisar a formação periférica a partir da urbanização e da industrialização, destacamos alguns pontos-chave que marcam esse processo no Brasil: a transição do século XIX para o século XX como marco ou ponto de inflexão para se tratar da industrialização/urbanização no país; a reestruturação socioespacial ocorrida entre as décadas de 1930 e 1960, em que país tornou-se predominantemente urbano; a intensificação da urbanização entre as décadas de 1960 e 1980, e a organização dos movimentos sociais urbanos a partir dos impactos socioespaciais da urbanização; e a urbanização contemporânea e os desafios para as cidades.

Conforme já indicado, a reprodução social do espaço constituiu-se, desde o advento do capitalismo como modo de produção, em fundamento da reprodução ampliada do capital. Em outras palavras, o espaço e as pessoas passaram a ser/são mobilizados pela necessidade de reprodução capitalista, sendo a forma como o urbano se materializa um exemplo desse fato. Nesse sentido, tal como refletido por Damiani (2000), trata-se de um processo que atribui o sentido de uma urbanização crítica, onde a questão urbana se coloca não apenas como um conjunto de temas, mas como uma síntese da universalidade e a radicalidade dos processos sociais.

Um dos desafios postos consiste em apreender a essência dos processos que envolvem a urbanização no Brasil para além dos pontos generalizantes da urbanização, como aponta José de Souza Martins (1992). A articulação de alguns conceitos contribui para esse entendimento,

que parte das relações exploração no capitalismo, destacando a dependência e imperialismo como elementos para se pensar a realidade dos países latino-americanos, sendo este um elemento essencial para a compreensão da urbanização periférica. Assim, além de entender algumas especificidades da urbanização em um país periférico como o Brasil, buscamos apreender o lugar das periferias na produção e reprodução (desigual) do espaço no capitalismo.

2.1 A urbanização brasileira e o planejamento urbano: a questão das periferias

A transição para uma “sociedade urbana” é nosso ponto de partida para se tratar da urbanização. Esta sociedade, nos dizeres de Henri Lefebvre, é aquela sociedade que nasce da industrialização, “onde o tecido urbano prolifera, estende-se, e corrói os resíduos de vida agrária”. (LEFEBVRE, 1999, p. 17),

O urbano (abreviação de "sociedade urbana") define-se, portanto, não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. Para atingi-lo, isto é, para realizá-lo, é preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam impossível. (LEFEBVRE, 1999, p. 28)

A principal característica dessa sociedade, em sua transição do agrário para o urbano, é o predomínio do “urbano” sobre o campo, em que ocorre, progressivamente, a perda da autonomia da produção agrícola em favor de processos guiados pela indústria, a partir do urbano. É importante destacar que nesse caminho, Lefebvre destaca que a sociedade urbana deve ser vista como possibilidade, como virtualidade iluminadora, ou seja, estamos vivendo a transição e o que há de vir está condicionado pelas resistências. O autor, analisando a realidade europeia nas décadas de 1960/70 parte das contradições presentes no processo de reprodução social, cuja a urbanização é uma de suas dimensões, para assim discutir o processo histórico de constituição da urbanização, em que busca destacar essa sociedade urbana como possibilidade, onde as resistências podem levar ao rompimento dos obstáculos e conseqüentemente a uma sociedade garantidora de direitos, entre eles o direito à cidade.

Em sua análise, Lefebvre (1999), elabora uma linha do tempo onde salienta alguns elementos que evidenciam o caminho rumo a uma sociedade urbana, que vai desde a cidade política, passando pela cidade comercial até a cidade industrial, esta precedida por um movimento de inflexão do agrário para o urbano. A sociedade urbana, nesses termos, não nasce

imediatamente colada à industrialização. Para o autor, há uma zona crítica que a precede, representada depois de um ponto de implosão-explosão, onde ocorrem múltiplas mudanças como o êxodo rural, concentração urbana e, finalmente, a submissão completa do agrário ao urbano. Ainda que não seja esse o objetivo, parece-nos que a urbanização brasileira atual se situa nessa zona crítica, onde percebe-se muito (mas não tudo) que nela entra, mas pouco se compreende do que se passa e do que dela resultará.

Entretanto, é inegável que vivemos em uma sociedade determinada pelas necessidades da urbanização capitalista que, embora tenha assim se constituído, não o faz sem contradições. Ao contrário, absorveu as existentes e produziu outras, no curso desse processo. Entretanto, é fundamental que se compreenda que a cidade surgida com industrialização difere de todos os tipos de organizações sociais que o precederam, como a cidade comercial e a cidade política. A análise desses fenômenos considerando as relações dialéticas que o envolvem, permite-nos perceber que os processos ocorrem concomitantemente.

Certamente, tal esquema de análise é insuficiente para a compreensão da urbanização brasileira. Contudo, o mesmo traz elementos que nos permitem captar fragmentos de sua essência. Lefebvre, observa o contexto europeu desse processo (cidade política e comercial), sendo que o Brasil passava em grande parte desse contexto, por um processo de consolidação do período imperial. Assim, ao trazer esses elementos para exame, procuramos destacar elementos estruturantes da constituição da urbanização, que são essenciais para se compreendê-la no Brasil.

Os processos que envolvem o regime jurídico da propriedade de terras no Brasil, destacam que a terra esteve historicamente concentrada na mão de poucos proprietários. Um dos dados a ser considerados são as formas de acesso e de uso da terra, que por aqui teve como fundamento, até 1822, a sesmaria, que representa uma forma estabelecida pelo Estado que visava garantir o poder absoluto sobre a terra. Esse período foi caracterizado por um regime jurídico que indicava que o domínio de determinado espaço se configura somente pela ocupação efetiva, assim, as terras eram concedidas pelo Estado, sob a exigência de cultivo e desbravamento da terra. Esse mecanismo configurava uma das formas de organização fundiária dos núcleos urbanos que, na maioria das vezes se combinava com as datas, espécie de sesmaria urbana. Uma vez constituída a vila, a Câmara detinha o poder de doar e retirar terra. (ROLNIK, 1997, p. 21). Observemos que, consuetudinariamente, a ocupação efetiva foi elemento estrutural para acesso e permanência na terra, fosse essa rural ou urbana.

Já no que tange ao processo em direção a mudança dos rumos da sociedade brasileira, conforme destacou Martins (2010), primeiro foi necessário cercar a terra, torná-la cativa para

assim libertar os escravizados. Logo, o fim da escravização como forma predominante do trabalho no Brasil não poderia ocorrer no âmbito da lógica predominante até então, onde a posse efetiva determinava o domínio sobre determinado espaço. É nesse sentido que Martins (2010) afirma que a terra no Brasil foi livre enquanto o trabalho foi escravo, sendo que no momento em que o trabalho se tornou livre, ela, a terra, tornou-se cativa. Nesse processo, os escravizados, recém-libertos, não tiveram opção a não ser migrar para as cidades, compondo uma imensa massa de pessoas que seria superexplorada, principalmente na produção de infraestruturas básicas para as cidades receberem as indústrias – estradas, rede de esgoto etc. E, sob tal condição, tiveram que buscar nas margens das cidades o lugar de existência, conformando e originando as favelas nos morros cariocas ou às margens dos cursos d’água paulistanos. Estes fatos representam algumas das diferenças da ocupação do espaço das cidades no Brasil, em relação ao processo que se deu na Europa.

Com o movimento migratório para a cidade, uma das formas encontradas para habitação desses trabalhadores foram os cortiços, caracterizados como moradias coletivas, geralmente localizados nas regiões centrais nas cidades que passavam pelo início do processo de industrialização. O alto preço dos aluguéis nas regiões centrais das cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, forçava esses a viverem em grupos maiores, em locais com condições precárias. Esses locais que durante essa transição recebia trabalhadores-operários, já abrigavam grande número de pessoas ex-escravizados que já viviam nessas condições, pela imposição de uma inserção materialmente insuficiente. Nesse sentido, a forma cortiço, juntamente com as favelas nascentes, podem ser consideradas como formas de moradia predominante nas cidades como São Paulo e, na transição do século XIX para século XX, até as primeiras décadas do século XX.

No caso do Brasil, partindo dessas características, é importante destacar como ocorreram as transformações socioespaciais a partir do êxodo rural, da industrialização e da expansão do tecido urbano, na medida em que esse processo possui algumas particularidades em relação a urbanização europeia. Considerando o urbano como o centro da reprodução social em nossa sociedade e o papel funcional das periferias nessa reprodução social do espaço, destacamos as relações que constituem a produção capitalista do espaço, que se materializa por meio de cidades desiguais, segregadas.

Como *locus* da reprodução social, a cidade industrial sempre foi estruturada com o claro objetivo de permitir a acumulação capitalista. Muito cedo, após o advento da cidade industrial, a forma espontânea da cidade resultante da industrialização tornou-se objeto da racionalidade abstrata, buscando-se na forma da pela organização do espaço produzido, otimizar os circuitos

de acumulação da riqueza, especialmente de trocas de mercadoria. A racionalidade da organização do espaço produzido assumiu a forma do planejamento urbano, que representa um instrumento que têm relação direta com a materialidade das cidades, isto é, com a estruturação e organização das cidades.

Segundo Villaça (2004), os instrumentos do planejamento urbano foram utilizados quase exclusivamente para atender interesses claros e específicos, particularmente os dos bairros da população de mais alta renda, relegando aos cortiços e favelas sua remoção como forma de produção do espaço funcional e saudável para certos grupos. Segundo Flávio Villaça, predominou no Brasil três formas históricas de planejamento urbano. A consideração destas formas é importante porque, por seu intermédio, é possível se aproximar do processo de urbanização brasileira, entendendo o planejamento como parte importante para levar a cabo esse projeto de constituição de uma sociedade urbano-industrial segregada em sua origem.

O primeiro período do planejamento no Brasil vai de 1875 até 1930, compreendendo o primeiro recorte da urbanização aqui elencado. O mesmo foi marcado pelos planos de embelezamento, caracterizado pelo rompimento da forma urbana colonial. Foi nele que a retirada de cortiços das áreas centrais apareceu como forma estrutural das “cidades saudáveis” livre de doenças infecto contagiosas. Nesse processo, os cortiços e favelas centrais foram removidos para abertura e ampliação dos eixos viários principais das regiões centrais das cidades. O segundo momento do planejamento de 1930 até 1990 abarca o período da consolidação da urbanização frente a industrialização no Brasil, estruturando-se a “modernidade urbano-industrial” brasileira. Esse período foi marcado pela “ideologia do planejamento enquanto técnica de base científica, indispensável para a solução dos chamados problemas urbanos”. É interessante notar que o planejamento deste período considerou os chamados problemas urbanos como “efeitos colaterais” ou ausência de determinada racionalidade científica. Novamente, a ideia precípua é o controle sobre os espaços periféricos e seus sujeitos, não raro, apontando para a suposta necessidade de controle dos fluxos migratórios para os espaços urbanos. Já o terceiro, a partir de 1990, foi caracterizado como período de reação ao segundo. Sobre o terceiro, podemos dizer, entre outras questões, que é a reação/crítica ao planejamento tecnocrático e ao intervencionismo por parte do Estado, difundida pela entrada da ideologia neoliberal, nos anos 1980 e 1990, no planejamento.

Porém, também é importante considerar que as formas espaciais têm relação direta com as condições econômicas, sociais e políticas de cada momento histórico. Ou seja, a avaliação desses nos permite entender como espaço foi sendo produzido e organizado.

Se, como demonstra Villaça, o estudo do planejamento urbano no Brasil é importante para a compreensão da urbanização resultante, a concepção aqui corroborada é a que aponta Rolnik (1997, p.23) que afirma que a Lei de Terras, de 1850, foi “um corte fundamental na forma de apropriação da terra no Brasil, a partir dela a única forma legal de posse da terra passa a ser a compra”, ocasionando absolutização da propriedade e estatuto de mercadoria. Isso porque, o patrimônio fundiário, desde então, determina a urbanização no Brasil.

Levando em consideração o contexto histórico da transição onde as cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, recebiam um enorme contingente de pessoas que estavam sendo mobilizados para mover a indústria, os terrenos bem localizados das áreas centrais alcançavam preço pela demanda propiciada pelo crescimento urbano. Por sua vez, as habitações populares neles localizadas inviabilizavam a possibilidade de comercialização ou de empreendimento desses terrenos, tornando-se empecilho para o tipo de cidade que se queria.

Sob tal perspectiva, as ações que caracterizaram a primeira fase do planejamento urbano, tem relação com esse contexto, onde as classes sociais mais abastadas, utilizando-se desses instrumentos do planejamento e da legalidade engendraram as condições necessárias para remoção de habitações dos pobres das áreas centrais, ou seja, os planos de embelezamento recaem muito sobre a questão de empurra cada vez mais os pobres para as favelas e dando origem às periferias que caracterizariam a urbanização brasileira. Raquel Rolnik, analisando a urbanização paulista afirma que

A explosão demográfica do período, fruto principalmente da imigração estrangeira, por si só não explica a transformação da cidade: mais do que crescer e aumentar a complexidade de sua administração, São Paulo se redefiniu territorialmente. A emergência da segregação como elemento estruturador da cidade foi uma das principais mudanças que ocorrem no período. A partir daí, a segregação urbana seria determinante para a fixação de valores no mercado imobiliário e para a expressão política da disputa do espaço pelos grupos sociais (ROLNIK, 1997, p. 28)

Ainda para a autora, a Lei de Terras que estabeleceu a terra como propriedade privada, mais que definir formas de apropriação do espaço a legislação urbana funcionou como marco delimitador de fronteiras de poder. A segregação urbana apontada tem relação direta com as relações de poder estabelecidas na cidade, e o planejamento urbano buscava romper a forma urbana espontânea, que representava para as classes abastadas, empecilho para empreender nessas áreas. Um dos exemplos desse fato destacado por Rolnik é que, além dos arruamentos e loteamentos, dava-se mais atenção para das demarcações, pois nesse processo a propriedade da terra e não mais o escravizado servia como garantia da riqueza, a partir desse ponto a propriedade imobiliária se torna valorizada.

Assim, a cidade estruturada na primeira fase do planejamento materializa esses novos processos sociais. As classes que detinham o poder buscaram organizar o espaço urbano diante das novas condições. O caso de São Paulo é um exemplo das formas que as cidades estruturadas diante desse processo assumiram. Caldeira (2000) descreve os padrões de segregação espacial, afirmando que nesse período (resquício das cidades coloniais) as cidades ainda reuniam as classes em espaços próximos, sendo que a maior diferenciação entre as classes se dava pelo estilo da moradia. Observemos que, até então, a moradia dos mais pobres ainda não integrava um elemento essencial mobilizado para a acumulação. A moradia era efeito da remuneração insuficiente, mas ainda não objeto de acumulação, como viria a se tornar a partir da década seguinte.

Como visto, as ações realizadas entorno do planejamento urbano durante esse período foram no sentido de promover uma organização da cidade em busca da modernidade, com objetivo de embelezar as cidades, o estético nesses termos era considerado primordial para o planejamento. Buscava-se, por um lado, estruturar as cidades com formas baseadas em tendências de cidades europeias, como é o caso de Paris. Mas, por outro, também se buscava liberar a terra dos pobres e, assim, inscrevê-las nos circuitos de produção e acumulação da riqueza que se forjava a partir da produção do imobiliário.

Segundo Raquel Rolnik,

A primeira preocupação da legislação municipal, além de redesenhar as ruas centrais, foi eliminar estas formas de ocupação da área mais valorizada – o centro da cidade. Com a proibição da instalação de cortiços, cubículos e casas de operários, proibiu-se genericamente a presença de pobres. (Rolnik, 1997, p. 37).

A autora demonstra como esse tipo de intervenção, faz parte do plano para se construir um ambiente que remete a uma respeitabilidade burguesa com a qual a elite cafeeira se identificava. Mas não só isso. Também demonstra a origem do uso do planejamento urbano para a produção do padrão de zoneamento organizador do espaço sob a premissa da reprodução e ampliação da riqueza monetária que, desde de então, reproduz insidiosamente com e por meio da reprodução imobiliária do espaço urbano.

Nesse contexto, já era possível identificar que os locais de moradia da classe trabalhadora foram alvos das constantes ações instrumentais. Observemos que a ação planejadora intervia não em virtude da necessidade dessas classes, mas de acordo com o caráter funcional que estas teriam para as classes abastadas dominantes.

Aqui também podemos destacar o discurso racional e científico instrumentalizado, por meio do destaque das ações higienistas que partiam do pressuposto que era o modo de vida dos trabalhadores em moradias coletivas eram responsáveis pelo adoecimento das cidades. Essas ações serviram menos (ou nada) para se produzir melhores condições de vida para os trabalhadores, e mais para separar, segregar, “afastar o estranho” o indesejado. O caso do cortiço Cabeça de Porco, no Rio de Janeiro, é representativo desse cenário. Segundo Chalhoub (1996), o cortiço abrigava aproximadamente 4000 pessoas, este foi grande alvo de higienistas por parte dos prefeitos do Rio de Janeiro que buscavam solucionar o “problema dos cortiços”, sendo que foi realizada somente a demolição, mas não se pensou em locais para acomodação de centenas de famílias que perderiam sua moradia esses, em grande parte, foram obrigados a ocupar morros próximos. O que se buscava era viabilizar reformas, criando as amplas condições para a valorização fundiária correspondente à remoção higienista da cidade.

Segundo Alvito e Zaluar (1998), desde os primeiros anos de ocupação dos morros – no caso do Rio de Janeiro – as favelas eram vistas pelas autoridades e pelo Estado como um problema sanitário e policial. Essa imagem das favelas, marcam a constituição do espaço urbano no Brasil, sendo que os moradores desses locais representados como motivo dos problemas urbanos e as favelas como local da desordem, da imoralidade ou uma verdadeira imagem invertida de uma identidade urbana civilizada. Entretanto, nunca considerada como resultado de um modelo de urbanização negador de direitos que se estabelecia, nem como lugar cuja ação deveria partir de suas necessidades, mas sempre sob a perspectiva instrumentalizadora.

Essa reflexão sobre a representação desses espaços no caso do Rio de Janeiro, aparece também no trabalho de Burgos (1998) que destaca que as favelas historicamente foram utilizadas por grupos políticos que propunham a solução dos problemas. Este afirma que essa utilização se concretizou em ações que limitaram a formação e organização de organizações políticas locais e movimentos sociais, e assim a luta pelo acesso de seus moradores a serviços básicos. Dessa forma, conclui o pesquisador, a construção de imagens entorno das favelas, assim como as ações de governantes ao longo dos anos - principalmente clientelismo, cooptação -, frustraram as várias tentativas de organização de movimentos internos às favelas para buscar melhorias para esses locais.

Contudo, desde esse período se operou a construção de um imaginário sobre a cidade, e principalmente sobre a periferia, que pode ser lida como uma estratégia usada para justificar ações de grupos que historicamente estiveram envolvidos com a organização do espaço das cidades. Flavio Villaça discute a construção dessas representações, destacando planejamento

urbano, importante meio para exercer a dominação sobre espaço urbano. A ideologia, nesse sentido, segundo o autor, pode ser caracterizada como conjunto de ideias fundamentais desenvolvidas pela classe dominante visando facilitar a dominação, ocultando-a. Desde sempre, a periferia como lugar de dominação, de imposição, de repetição.

Flávio Villaça (2004) argumenta que nunca foi interesse da classe dominante resolver os “problemas urbanos”, porém ao longo dos anos houve mudanças nos discursos sobre o tratamento desses problemas:

As demandas das massas populares cresciam e sua consciência social se desenvolvia. No novo contexto sociopolítico, a classe dominante não pode mais defender abertamente a ideia de derrubar “um bairro inteiro de casebres feios, insalubres, comprados por uma poderosa companhia, arrasá-los e substituí-los por um bairro elegante, bonito, confortável em todos os sentidos, realizando a companhia excelente negócio sob ponto de vista financeiro”. Pouco tempo depois, também já não poderá dizer que os favelados são “uma população meio nômade, avessa a toda e qualquer regra de higiene”, nem chamá-los de “vadios”. (VILLAÇA, 2004, p. 203)

Nesse excerto, o autor recupera a fala de governantes do início do século XX, no Rio de Janeiro. As falas têm relação com a ideia que se tinha (ou se têm?) das favelas e de seus moradores, e foram utilizadas pelo tipo de planejamento que buscava “embelezar a cidade” mobilizando os instrumentos legais, para organizar a cidade. Com o novo contexto sociopolítico os discursos mudaram, com os governantes não podendo falar abertamente suas reais intenções para com o planejamento da cidade, segundo Villaça (2004, p. 206), esse discurso varia segundo o grau de domínio do espaço pela classe dominante, e a busca por se manter com o poder, isto é, quando se tinha um controle maior pode-se falar abertamente suas intenções para com a cidade, depois com a perda, mesmo que relativamente, do domínio, se utilizaram do discurso para a dominação.

No entanto, é importante destacar o fato que o interesse imobiliário sempre moveu o planejamento, logo, não é por acaso que os “casebres feios”, segundo os governantes deveriam ser “comprados por uma por uma poderosa companhia”. O entendimento da estrutura das cidades, junto a ação dos planejadores, pode ser representado pela frase de Paul Baran, citada por Oliveira (1977), em que afirma que “não é o planejamento que planeja o capitalismo e sim o capitalismo que planeja o planejamento”.

Como visto, um item essencial para se discutir as relações de poder que envolvem a cidade são os aparatos jurídicos que representam importantes instrumentos de controle e dominação sobre o espaço. Rolnik (1997), ao discutir a legislação urbana, aponta como o controle do conjunto de leis da cidade é importante para produzir cidades desiguais, onde a população pobre é marginalizada. Demonstrando ainda, como o domínio dessa legalidade urbana por uma classe configura a dominação do espaço urbano. Esses estudos nos ajudam a

compreender a cidade como resultado de um processo capitalista de produção do espaço. E, ainda, como resultado de um processo histórico de reprodução socioespacial engendrada pela e para as classes sociais abastadas dominantes. Conforme Rolnik, a legislação,

Mais do que definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, mais do que efetivamente regular a produção da cidade, a legislação urbana age como marco delimitador de fronteiras de poder. A lei organiza, classifica e coleciona os territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e à micropolítica familiar dos grupos que estiveram mais envolvidos em sua formulação. (ROLNIK, 1997, p. 14)

A partir desses fatos podemos considerar que os instrumentos legais que regulam o espaço urbano, vêm sendo utilizados por grupos que historicamente buscaram manter seu domínio sobre a cidade. O espaço construído, nesse sentido, é a materialidade desse processo contraditório, como “marco delimitador de fronteiras de poder”. Como a concepção de civilidade e cidadania advém das classes que têm o domínio dos aparatos legais, conseguimos entender as ações que buscam desqualificar o estranho, o diferente, onde em sua concepção configuram ameaças a esse domínio. E, desta maneira, como a concepção dos mais pobres como ameaçadores vai se constituindo e se mantendo.

Partindo dessa perspectiva, pode-se afirmar que a legislação urbana compõe um importante elemento do planejamento urbano. Contudo, é necessário realçar que o planejamento urbano não se reduz a ela, na medida em que comporta outras dimensões do próprio planejamento em si, quanto dos elementos ideológicos que acompanham ou perpassam a ideia de planejamento.

Tal instrumento (o planejamento urbano) aparece como a “panaceia” urbana, ou seja, mais do que “embelezar as cidades”, o mesmo, supostamente, “resolveria os problemas urbanos”. Entretanto, conforme afirma David Harvey, o planejamento urbano, na produção capitalista do espaço, constitui-se em instrumento garantidor da reprodução das condições ideais para a acumulação do capital. Porque a cidade é produzida pelo e para o capital. De fato, Harvey (2005, p. 130) afirma que, sob o capitalismo, a criação de infraestruturas sociais e físicas que sustentam a circulação do capital, produzindo o espaço e a vida que nele se realiza como condição da reprodução da vida cotidiana, que cada vez mais vai sendo colonizada pelo capital em seu processo de reprodução ampliada.

Na divisão apontada por Villaça, o segundo período do planejamento urbano no Brasil (1930 – 1990) representa o período mais importante em relação a transição a uma sociedade urbana. Por sua ampla extensão, esse período é caracterizado por diferentes contextos sociais, econômicos e políticos, que vão desde o papel de Getúlio Vargas, passando por Juscelino

Kubitschek e Ditadura Militar, até o início da redemocratização, com o advento da Constituição de 1988.

Quanto à atividade produtiva, neste período, a indústria, assume a condição de principal forma de produção e reprodução da riqueza no Brasil. De fato, a partir do Governo Vargas, a industrialização foi considerada como o caminho do desenvolvimento nacional, substituindo e subordinando a atividade agrícola e seu espaço correspondente ao modelo urbano-industrial em construção.

Muitos autores apontam para alguns fatos ocorridos durante esse período que obrigaram o Estado a buscar alternativas para a indústria no Brasil. Dentre estes, a Crise de 1929 e Segunda Guerra Mundial. Esses fatores levaram o Estado brasileiro a intensificar e apoiar o desenvolvimento da indústria nacional, como estratégia de abastecimento de produtos industrializados, limitados ou impedidos de chegarem aos países da periferia do sistema capitalista.

Neste contexto, o Estado assumiu a produção da infraestrutura necessária ao desenvolvimento industrial do Brasil, produzindo, além de indústrias de base, também a infraestrutura urbana estrutural à industrialização que se consolidaria, especialmente, a partir de 1970. Conforme Silva (2004, p. 269), as “grandes empresas e *holdings* estatais de infraestrutura e de indústria de base criadas nos países latino-americanos ao longo das décadas de 1940 a 1970 eram peças centrais das políticas nacionais de desenvolvimento industrial”.

Porém as ações dessas entidades, na maioria das vezes, vieram no sentido da produção de infraestrutura para grupos privados, não sendo preocupação a promoção de serviços básicos para o restante da população. No mesmo sentido Sueli Schiffer (2004, p.84) afirma que a “ascensão do setor industrial na economia brasileira, vem como os esforços para consolidar um mercado interno, ainda que restrito e delimitado territorialmente, entre 1930 e 1955, vinha ao encontro dos interesses tanto da classe dominante nacional como do capital estrangeiro”. Nesses termos o projeto de criação de uma produção industrial nacional e um mercado consumidor, foi cooptado por alguns grupos.

Ao refletir sobre a formação de mercados regionais por meio da teoria os ciclos econômicos, Schiffer (2004, p. 77) destaca que a produção desenvolvida no país era voltada para o mercado externo, pela questão colonial, e, depois, pelos produtos primários destinados à exportação. Segundo a autora, a estrutura social e produtiva gerou grupos econômicos estanques no território brasileiro. Os interesses portugueses, promovendo investimentos restritos e específicos destinados ao mercado externo não gestaram um mercado consumidor nacional, sendo um obstáculo a ser vencido para o desenvolvimento de uma indústria.

Neste sentido,

No nível político, pode-se afirmar que a Revolução de 30 veio ao encontro da necessidade de se constituir um Estado capaz de promover a unificação do mercado nacional em face ao processo de industrialização que se consolidava. A precariedade de infra-estrutura básica, como siderúrgicas e disponibilidade energética, era importante entrave a expansão do mercado interno. O Estado tornou-se, notadamente a partir de 1940, o principal investidor do país, atuando na instalação de indústrias de base. (SCHIFFER, 2004, p. 86)

Como já afirmado, esse movimento tem relação com a necessidade de criação de estruturas sociais e físicas que permitissem a acumulação de capital em nível nacional. Esses fatos justificaram a centralização do poder caracterizado pela figura de Getúlio Vargas.

Nesse contexto, é importante destacar a diferença central entre a perspectiva de industrialização de G.V (1930 – 1945) e a perspectiva de J.K (1956 – 1961). Enquanto o primeiro pensava uma industrialização com base nacionalista, caracterizada pelo fortalecimento dos capitalistas nacionais, o segundo pautava um tipo de industrialização que tinha grande participação dos investimentos do capital estrangeiro. Aqui também é preciso salientar, que pós Segunda Guerra, houve a retomada da atuação dos Estados Unidos em favor de manter o controle sobre os países latino-americanos, influenciando os governos e enviando suas grandes empresas para esses países.

Inegavelmente, o grande esforço da figura do Estado estava entorno de um projeto de industrialização para o país, visando tirar o país de uma base exclusivamente agrária em favor de um desenvolvimento pautado na indústria. Contudo, tratou-se de uma industrialização concentrada na região Sudeste brasileira, especialmente, no estado de São Paulo. Assim, as infraestruturas possibilitaram as condições de atuação para essa indústria, que nesse momento estava concentrada, principalmente, na região de São Paulo.

A construção de estradas rodoviárias nas décadas de 1940 e 1950 visaram impulsionar a imprescindível incorporação ao mercado nacional das demais regiões brasileiras. A interligação do núcleo industrial paulista às demais regiões brasileiras consoante à criação de um mercado nacional, tornou possível a concorrência nos mercados locais dos produtos paulistas, por apresentarem melhores preço e qualidade, acabaram por inviabilizar grande parte das indústrias destas regiões. (SCHIFFER, 2004, p. 88)

O investimento por parte do Estado em toda essa infraestrutura, principalmente em estradas permitem a circulação mais rápida de mercadorias e pessoas (força de trabalho para a indústria). A citação de Schiffer (2004) demonstra que um ponto importante do processo de industrialização brasileira, a hierarquia dessa industrialização, tendo os industriais paulistas o como centro dos investimentos, em busca de alcançar e incorporar mercados distantes e maximizar seus lucros.

A partir do fim da década de 1950, ganhou impulso a intensificação da industrialização, caracterizada pelo período de consolidação e fabricação de bens de consumo e de produção. Sueli Schiffer (2004, p. 89) denomina esse período como de “industrialização pesada”, base para desenvolvimento da indústria no Plano de Metas que, se não se resumiu à industrialização, teve neste processo o cerne de sua sustentação.

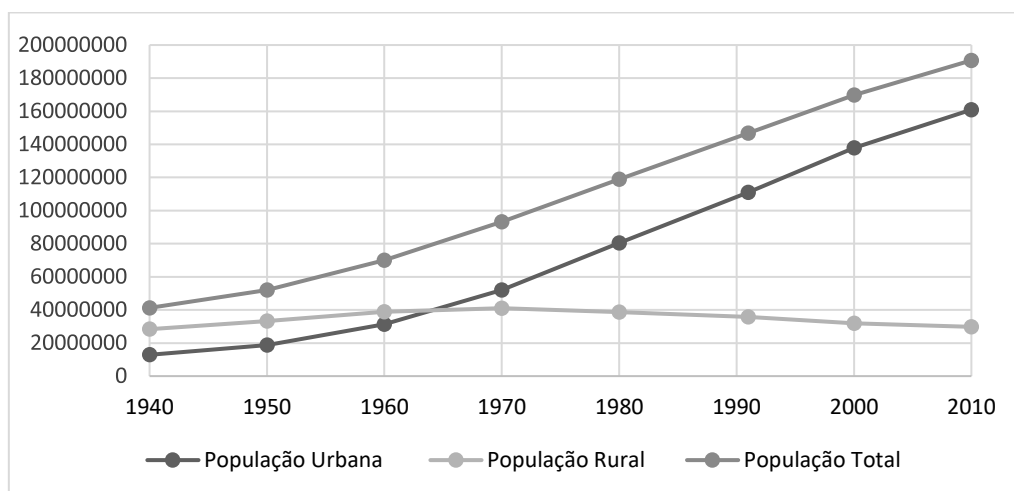
Segundo Schiffer (2004, p. 91) “pela extensão das condições mínimas de homogeneização do espaço econômico, intensificou-se o processo de unificação do mercado interno concomitantemente com o processo de unificação do mercado regionais”.

Constatou-se que o processo de unificação do mercado nacional, praticamente concluído no início dos anos de 1970, significou, em níveis macroeconômico e do espaço econômico nacional, uma concentração espacial de atividades produtivas e de capital no Estado e na Região Metropolitana de São Paulo. [...] Em meados da década de 1970 iniciou-se um processo de descentralização relativa de atividades secundárias a partir da metrópole e do Estado de São Paulo. Processo que não visou à diminuição de desequilíbrios regionais, sendo apenas uma estratégia do capital paulista para manter o controle da acumulação interna. (SCHIFFER, 2004, p. 76)

Quanto ao espaço urbano, nesse segundo momento do planejamento urbano brasileiro, novos fenômenos surgiram: as periferias das cidades só aumentavam, sendo que este espaço resultado dos conflitos decorrentes da luta de classe.

O planejamento urbano, um dos itens a ser avaliado dentro dessa perspectiva, tem grande importância para se entender a constituição dos espaços. Uma das correntes que ganhou força foi o tipo de planejamento que tinha como característica a centralidade do Estado na proposta e execução das ações. Um Estado intervencionista em busca de promover as condições básicas para a acumulação do capital em escala nacional, as ações vistas acima podem ser colocadas como destaques desse tipo de planejamento. Quanto a população, está também precisava ser mobilizada em favor da produção e acumulação de capital.

Gráfico 1 – BRASIL: População Rural e Urbana 1940-2010



Fonte: SIDRA/IBGE. Organização: Alison N. Teixeira. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/>>.

Acesso em: 15/10/2017

O Gráfico 1 apresenta a série histórica sobre população total, população urbana e rural, levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, entre 1940 e 2010, por meio de Censos. Alguns apontamentos sobre o contexto social, político e econômico são importantes para se compreender esses dados. O período compreendido entre as décadas de 1950 e 1960, marca a inversão entre a população rural, que tinha um maior número até então, e a população urbana, passando a representar maior. Esta inversão, como visto, é resultado de um intenso processo de urbanização representada pela reprodução social do espaço baseada na industrialização. Para além da inversão, podemos destacar o intenso crescimento da população total, que em 30 anos (de 1940 a 1970) passou de 40 a 100 milhões de pessoas.

Nesse período houve um grande esforço, onde toda essa população e o espaço em si, são mobilizados, através de um “projeto nacional”, no sentido de oferecer suporte para reprodução ampliada do capital, baseado no capital industrial. Como visto, um marco desse período é a construção de Brasília, que atrelada a esse projeto nacional, buscava a chamada “integração nacional”, onde um conjunto de ações do Estado visava mobilizar o território nacional.

Como veremos adiante, o contexto pós Segunda Guerra, onde ocorre a “inversão”, se configura um importante período em nossa análise, pois é a partir daí que se dá o processo em que há um aumento da expansão urbana para as periferias (chamado por alguns autores de “periferização”), em grande parte das cidades do país, como São Paulo e Rio de Janeiro. Esse representa um dos processos essenciais para a compreensão da produção do espaço urbano brasileiro, e envolve entre outros pontos a questão da especulação imobiliária.

No geral, os dados demonstram que a partir da “inversão”, entre a população rural e urbana, a tendência da população rural é uma estagnação próximo aos 20 milhões de pessoas, enquanto a população urbana demonstra um crescimento constante, sendo que em 2010 a população urbana chegou a mais de 160 milhões de habitantes, representando 84,4% do total da população. No entanto, é importante relembrar que uma sociedade “urbana”, não se resume a questão da demografia, sendo este um dos elementos, importante, mas não único de uma análise sobre a mobilização do território em torno de um projeto que tinha na industrialização/urbanização como pilar.

O contexto econômico, político e social do país entre as décadas de 1960 e 1970, bem como a questão dos novos fenômenos induzidos pela industrialização intensa, marca a questão urbana, onde novos desafios estavam postos. Os dados demográficos não devem ser postos para justificar argumentos neomalthusianos, onde os problemas urbanos decorrem desse grande número de pessoas concentradas nas cidades, estes problemas devem ser explicados pela lógica do modo de produção capitalista, onde as periferias e os trabalhadores se tornam funcionais a acumulação, sendo que problemas da população em geral, como o desemprego, se torna fonte de ampliação e acumulação para os capitalistas. A classe trabalhadora, nesse sentido, busca formas de se reproduzir e de resistir aos processos de exploração cada vez mais intensos.

Nesse caminho, ao mesmo tempo em que o espaço era preparado para a indústria, e as pessoas mobilizados em torno do projeto de industrialização, nunca foi objetivo produzir o espaço urbano para as pessoas, especialmente para os trabalhadores. Às classes populares, foram reservados diariamente a exploração e a espoliação, e, além disso, são submetidos a outros problemas, onde não se tem o mínimo de condições para a reprodução da vida de maneira digna.

Observando o período da ditadura militar, Kowarick (1979) destaca a atuação do Estado na tentativa de impedir as organizações populares que atuavam em favor da classe trabalhadora.

A violência manifesta-se no cotidiano da classe trabalhadora através da pressão salarial e do acirramento da espoliação urbana. Para manterá semelhante situação socioeconômica, o Estado forjou um vasto aparato a fim de coibir os agrupamentos que se opusessem às regras de um sistema eminentemente excludente. (KOWARICK, 1979, p. 187)

Para solidificar um modelo de captação de excedente que a poucos beneficiaria, foi levado a cabo um amplo processo de expurgo que constantemente “limpava” as aglutinações dos elementos considerados perigosos ou indesejáveis. (IBDEM, 1979, p. 106)

Nesse contexto, como em outros momentos da história no Brasil, houve um intenso movimento que envolve cooptação e clientelismo, como estratégia para um certo controle dos

movimentos locais que pautavam temas que tinha relação com desigualdade, segundo o autor, nesse momento, o Legislativo e Judiciário tornaram-se apêndices de um Executivo centralizado.

No mesmo sentido, os conceitos de exploração e espoliação urbana também demonstram o grau de exploração dos trabalhadores no Brasil, trazendo para o centro da discussão as relações sociais de produção no capitalismo, que estruturam o espaço urbano. Assim sendo, o campo de estudos sobre a questão urbana e sobre as cidades é amplo, as contribuições de várias áreas são importantes para se compreender as complexas relações no espaço urbano. Para além de simples escolhas, as várias interpretações sobre o fenômeno urbano têm como base concreta perspectivas revelam visões de mundo, intencionalidades, que buscam levar a resultados completamente diferentes. Uma das questões que se tornou guia das elaborações sobre o urbano, sendo alvo de todas as ciências que estudam as cidades e assim de várias perspectivas, é a questão da moradia.

Ao considerar os instrumentos de análise dos processos de utilização do solo urbano, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, discute a articulação entre a propriedade privada da terra e o capital, afirma que esta integra as relações sociais que fundam a sociedade capitalista. Segundo o autor, “a teoria da renda da terra se constitui, num conjunto articulado de conceitos que tem como finalidade dar conta das relações espaciais que se estabelecem entre capitalistas e proprietários de terra no interior da sociedade capitalista”. (RIBEIRO, 2015, p. 52)

A teoria da renda é discutida por Marx a partir da questão da renda agrícola. Existem algumas especificidades para se compreender o conceito marxista de renda fundiária na cidade. Avaliar a relação entre capital e propriedade fundiária, nesse contexto, tem relação com entender a produção e apropriação do espaço na cidade. Entre as especificidades destacadas por Ribeiro (2015, p. 69), a principal consiste no fato de que na cidade encontramos dois mecanismos responsáveis pelo surgimento de rendas. O *mecanismo da renda da terra como suporte de produção* e o da *renda gerada na produção e circulação de mercadorias*.

Para os capitais industrial, bancário e comercial, a terra urbana tem o papel de permitir o acesso aos efeitos úteis da aglomeração, por esse fato o estudo da renda fundiária urbana passa pela análise das condições de valorização de cada fração do capital. A compreensão do mecanismo de *geração de renda na produção e circulação* é fundamental para entender a configuração espacial das cidades. Há demandas diferentes por solo urbano, que se definem, por um lado, pelas condições específicas de valorização dos capitais, por outro lado, pela importância diferente da localização para cada um deles, e assim há uma tendência a uma hierarquização do uso do solo urbano e também a uma divisão econômica do espaço (RIBEIRO,

2015, p. 73). Mais do que uma fórmula definitiva “a organização das cidades também é determinada pela herança histórica, marcada pelas necessidades e condições de localização presentes em momentos anteriores da divisão do trabalho”. Nesse sentido, segundo Ribeiro (2015, p. 75), a tendência à existência de uma divisão econômica do espaço urbano não se concretiza de forma absoluta, porque a estruturação da cidade obedece um processo diacrônico.

Assim sendo, a história da moradia, como mercadoria, tem particularidades decorrentes do contraditório movimento de “expansão das relações capitalistas na produção imobiliária, sendo que a crise de moradia se tornou um dos traços marcantes de nossa sociedade”. Nesse sentido, as relações entre os vários agentes da produção e circulação da moradia (incorporador, proprietário, financiador e construtor) são essenciais para se compreender a estruturação das cidades. O capital imobiliário, nessa perspectiva, tem papel central na produção e reprodução (desigual) do espaço urbano. Assim, é preciso considerar que “o problema habitacional não pode ser analisado isoladamente de outros processos socioeconômicos e políticos mais amplos, não obstante nele se condensar um conjunto de contradições específicas”. (KOWARICK, 1979, p. 55). A moradia popular, progressivamente, transita de problema para uma importante possibilidade na questão urbana,

Com efeito, a utilidade da moradia enquanto unidade central de consumo não é apenas definida pelas suas características internas enquanto objeto construído. Seu valor de uso é também determinado pela sua articulação com o sistema espacial de objetos imobiliários que compõe o valor de uso complexo representado pelo espaço urbano. O que é vendido não são apenas “quatro muros”, mas também um ticket para o uso deste sistema de objetos e de “appartenance” à estratificação social representada pela divisão social e simbólica do espaço” (RIBEIRO, 2015, p. 81)

Em suas considerações, Ribeiro (2015, p. 81) define a moradia como mercadoria imóvel e durável em que a produção/circulação/consumo se realizam num mesmo espaço e sua vida econômica é de longo período de tempo”. Como visto, não é somente a moradia em si a mercadoria, mas um valor de uso complexo, que tem relação com a posição que está ocupa no sistema de objetos e, mais ainda com a representação simbólica desse espaço. Essas representações são trabalhadas com maestria pelos agentes do capital imobiliário em busca de aumentar o lucro, sendo estratégica, também, esfera ideológica para a constituição de espaços.

Apoiando sua análise no caso da cidade de São Paulo, Yvone Mautiner aponta o trinômio loteamento popular/casa própria/autoconstrução como forma predominante de residência dos trabalhadores, forma que teve sua origem no contexto pós Segunda Guerra, onde conjugaram-se condições básicas: terra barata na periferia; industrialização dos materiais básicos de construção; a crise do aluguel; junto a frágeis políticas habitacionais. (MAUTINER,

1998, p. 248). Se até então a moradia dos pobres era um problema da urbanização, essa se tornou um importante campo de atuação para empreendedores e promotores imobiliários.

Conforme destaca a autora, no Brasil, não houve a promoção de condições para a reprodução dos trabalhadores, isto é, condições básicas para realizar-se enquanto sujeito na cidade através do salário (moradia, alimentação etc.). Houve somente uma intervenção pontual que garantiu a reprodução em setores-chaves da economia e setores da força de trabalho. Porém, ao incentivar a compra e produção de casas, o Estado desenvolve a indústria da construção e incentiva, através de crédito, consumo das classes média e alta.

Para evitar uma aproximação fragmentada e antes de definir *ex ante* um conceito, consideramos a periferia como base de um processo de produção de espaço urbano. A periferia é de fato um local onde vivem os pobres, é socialmente segregada, e o preço da terra é baixo, porém, ao mesmo tempo, é um local *mutante*, sempre reproduzido em novas extensões de terra, enquanto velhas periferias são gradualmente incorporadas à cidade, ocupadas por novos moradores e reorganizadas pelo capital” (MAUTINER, 1998, p. 254) Desse modo o resultado da produção de valores de uso, primeiro por meio de trabalho individual (que produz moradias) e, depois, por meio de trabalho coletivo (infra-estrutura provida pelo Estado) transforma-se e, valor de troca, constituindo-se em porções definidas (propriedades) de espaço urbano consolidado, controlado diretamente pelo capital (IBDEM, 1998, p. 258)

O espaço urbano produzido nessas condições é marcado pela questão da constante mutação, onde o trabalhador individual produz casas nas periferias da cidade, essas moradias com o tempo são incorporadas a “cidade formal”, através da atuação do Estado que produz as infraestruturas básicas e depois por agentes imobiliários que buscam essas áreas já valorizadas e, por vários mecanismos expulsaram grande parte antigos moradores para áreas mais distantes. É interessante observar que o capital imobiliário diante desse processo, consegue lucros bem acima da média, pois além de vender as glebas distantes em que os trabalhadores foram espoliados, esses mantêm partes consideráveis entre as cidades já constituída (o centro) e os novos territórios com fins de empreendimentos de outras formas de moradias populares, como os grandes conjuntos habitacionais.

Esses fatos também são constatados por Caldeira (2000), quando apresenta as formas com que foi organizada a cidade São Paulo, destacando os padrões de segregação socioespacial. Os três padrões apontados são: o primeiro é caracterizado pela proximidade entre as classes sociais que habitavam a cidade de São Paulo, sendo a diferenciação social através do tipo de moradia; o segundo padrão, conhecido como centro periferia, é aquele caracterizado por uma cidade onde a classe abastada habita as regiões centrais enquanto as classes mais pobres vivem

na periferia (década de 1940 a 1980); e o terceiro, um novo padrão de segregação surgido após o 1980, o dos enclaves fortificados.

O segundo padrão de segregação, característico do segundo período do planejamento urbano no Brasil, chamado de centro periferia, pode ser visto em quase todas as grandes cidades brasileiras, e reflete essa produção do espaço em busca de se distanciar a população pobre, criando diferenciações tanto sociais quanto espaciais entre as classes. Os centros e regiões centrais da cidade, além de ser o local de moradia das classes abastadas, abriga a centralidade na produção do espaço, isto é, essas são as regiões onde se concentram o poder decisório sobre a produção do espaço urbano. Enquanto a periferia, nos termos dessa concepção dominante da produção do espaço, são os locais precariamente servidos pelo poder público, espaços subordinados, destinados a reproduzir essa concepção e não produzir/criar possibilidades, porém, como veremos apesar de ser precariamente servidos pelo poder público, os moradores das periferias/favelas, encontram várias formas de reexistir e propor novos caminhos.

Porém, o processo de periferização/favelização é decorrente de dois fatores que agem juntos: alto preço da terra urbana fruto do jogo capitalista com a propriedade imobiliária, e, também, do rebaixamento dos salários, que não são suficientes para a reprodução do trabalhador. As periferias nesses termos, contribuem para a produção da riqueza que se realiza em outros locais, sendo essas, marginalizados nesse processo. “Não obstante serem múltiplas as causas, não se pode esquecer que, onde os favelados são numerosos, sempre existem grupos interessadas em oferecer determinados serviços de infraestrutura ou mesmo a garantia de não removê-los em troca de uma certa quantidade de votos” (KOWARICK, 1979, p. 76).

Assim, para além de serem consideradas como locais da desordem e precariedade, as favelas e periferias ao longo da história foram alvos constante de ações de políticos e partidos em busca de votos, sendo que as principais promessas eram de resolver o problema das favelas. Porém, podemos observar que muito pouco foi feito nesse sentido, sendo que a própria constituição da legislação urbana reflete esse fato,

Ao contrário das regras do jogo que regeram a formação dos subúrbios populares e, depois, da periferias e favelas, a estruturação do espaço das elites for, durante todo o século, inscrita de forma cada vez mais minuciosa na legislação urbanística. Isso faz com que praticamente roda a legislação urbanística formulada ao longo de um século referencie e tenha aplicabilidade quase exclusiva a um pedaço extremamente minoritário. (ROLNIK, 1997, p. 186)

Ao avaliar o papel desenvolvido pelo planejamento urbano no Brasil, percebe-se que não foi objetivo da classe dominante solucionar o problema das periferias/favelas a partir das necessidades destas. Mais que isso, uma vez que a urbanização se vincula diretamente à

reprodução capitalista do espaço, os espaços precários não são um efeito colateral ou espaços desconsiderados pelo planejamento. De fato, de maneira bastante perversa, o que se observa historicamente é que tais espaços foram estruturais à reprodução ampliada e à acumulação do capital, o que explica o crescimento exponencial das formas precárias de moradia, concomitante à ampliação também exponencial da riqueza produzida.

Enquanto nos espaços das classes abastadas legislação urbana cumpriu mais que o seu papel de promover infraestruturas, trabalhando também em favor de isenções, benefícios, financiamentos para a construção e funcionamento dos bairros, o espaço periférico foi marginalizado em relação a condições básicas como infraestrutura, sendo insuficientes para a reprodução dos trabalhadores, com esses sofrendo com a superexploração do trabalho. Por outro lado, ao longo desse processo, não podemos afirmar que a legislação urbana e o Estado não agiram sobre as periferias, para essas ficaram reservados a opressão, censura, discursos, em favor de manter a dominação de uma classe por outra e reproduzir o capital.

A urbanização contemporânea é marcada pelo aprofundamento da fragmentação, onde os espaços sociais são cada vez mais demarcados e estanques na espacialidade urbana, resulta então nos “enclaves fortificados” das classes abastadas e nas periferias precárias e vulneráveis que compõem as paisagens urbanas. Essas espacialidades produzem modos de vida e necessidades, que embora vinculados, trazem suas próprias especificidades, é sobre as especificidades e um dos modos de expressá-la que o tópico seguinte trata.

2.2 - A atualidade da questão urbana

Como visto, a sociedade capitalista tem como objetivo a acumulação do capital. Trata-se, segundo alguns autores, de um processo cíclico e espiral. Isto significa que sempre após uma fase de crescimento há uma crise, onde se busca retornar o caminho do crescimento através de mudanças no processo de produção. E, posteriormente, seguido por um período de elevação da acumulação. O espaço geográfico é produzido, a partir dessa lógica, como funcional da transformação da produção em realização, que é, segundo Marx, sinônimo capital, e sua acumulação. No contexto atual, o mundo e, principalmente, os países periféricos, são marcados pela hegemonia neoliberal onde, agora, sob domínio do capital financeiro concebe-se o espaço como espaço da “acumulação”.

As exigências nesse período representam importantes mudanças na organização do trabalho, alinhadas com a estrutura do modo de produção. Alguns autores chamam esse novo tipo de organização do trabalho de toyotismo, e esse momento de transição, de reestruturação

produtiva. Ao invés do trabalho fragmentado desenvolvido no início industrialização, tem-se, principalmente a partir da segunda metade do século XX, uma articulação de procedimentos que, embora mais fragmentados são organizados e vinculados em determinada “linha de produção” potencializando a reprodução ampliada do capital. Como consequência, esse modelo de organização da produção, exige um novo tipo de trabalhador. A reboque da “flexibilização da produção”, tem-se a “flexibilização do trabalho” que, para o trabalhador, se materializa em contratos de trabalhos cada vez mais precarizados, altas taxas de desemprego. O que representa, conforme analisado anteriormente, o retorno à superexploração do trabalho na perspectiva da acumulação do capital sob a sua forma neoliberal.

Mais que tratar da crise em si e seus efeitos, considerando a urbanização, é preciso evidenciar as estruturas sociais que são responsáveis pela produção das atuais formas geográficas: na atualidade, o capital financeiro rentista assume a centralidade na reprodução social do espaço conforme analisa Amélia Damiani. Nesse sentido, dialogando com Martins, a autora trata os efeitos dos anos de ditadura militar e dos governos neoliberais, da atualidade, que contribuíram com a instalação de um capitalismo rentista no país:

[...] preserva-se e se atualiza o pacto com os latifundiários; as grandes empresas lucram, também, com empreendimentos rentistas, envolvendo a abertura de fazendas e o “moderno” trabalho escravo; nas cidades, os negócios urbanos envolvem a capitalização da propriedade da terra, negócios cujos rendimentos são elásticos e amplos; e os níveis de emprego não chegam a ser animadores. Há desemprego generalizado. (DAMIANI, 2000, p. 29)

A estrutura capitalista no país, também representa uma especificidade em relação a outros países, sendo que no Brasil, diferentemente dos países centrais no capitalismo, como a Inglaterra, não foi uma classe burguesa revolucionária responsável por mudar a estrutura social. No Brasil, ocorreu que a classe dos proprietários de terra se torna os capitalistas industriais, mantendo seu domínio e constituindo uma a classe burguesa industrial.

Atualmente, temos essa estrutura interna renovada, sendo que esses atores mantiveram a importância no sentido de ditar os rumos, conservando o poder. As relações sociais sob o capitalismo são desenvolvidas nesse contexto, onde se encontra os trabalhadores superexplorados, espoliados, com o desemprego generalizado e trabalhos ainda mais precários.

Nesse sentido, a atual crise do capital tem relação com a superprodução, isto é, com barreiras que impedem a acumulação do capital. Esta crise econômica, segundo Harvey (2011), teve início com explosão do sistema financeiro imobiliário estadunidense em 2007, mas se

tornou mundial atingindo todos os países, variando espacial e temporalmente, por vários fatores de ordem interna e externa a esses países.

Segundo Marcelo Carcanholo³, diferente de outras crises, onde o capital usava a estratégia de desvalorizar o capital produzido em excesso, busca resolver as tensões para retornar a condições ideais de no processo de acumulação de capital. No capitalismo atual, caracterizado pelo domínio do capital financeiro, buscou-se formas diferentes de resolver o problema da superprodução. Entre elas podemos destacar duas, que têm relação direta com neoliberalismo como doutrina dominante: a primeira é o uso de recursos públicos para manter o capital fictício valorizado, aumentando o endividamento dos governos; a segunda é o aprofundamento e aumento da exploração do trabalho, por meio de dismantelamentos dos aparatos de seguridade social construído durante o período fordista, eufemisticamente denominados de “reformas”.

Esses processos se dão porque a lógica do capital fictício é diferente. Esse tipo de capital não atua diretamente na esfera da produção de valor, isto é, não investe em meios de produção, como na compra a força de trabalho e da matéria prima para a geração de lucro e mais valia. Mas sim na esfera do chamado “mercado futuro”, partilhando da mais valia a ser produzida na esfera da produção. Em períodos de crises, os dividendos da mais valia produzida não é suficiente, e assim se busca formas diversas para o retorno às condições boas de acumulação.

David Harvey, ao analisar esse período histórico, o chamou de “o novo imperialismo”, que é a atual forma da exploração capitalista em âmbito mundial, assumida e aperfeiçoada com a liderança dos Estados Unidos, no contexto pós Segunda Guerra Mundial. Para o autor, diferente de outros períodos, no novo imperialismo como império “não territorial”, a dominação se dá mais no campo econômico e político, com atuações militarizadas sendo destinadas a pontos estratégicos, somente quando necessárias.

A reprodução social do espaço tendo como fundamento o capital financeiro na fase neoliberal, reproduz e aprofunda as desigualdades presentes no espaço urbano. No mesmo sentido, avaliando os efeitos do neoliberalismo e do capitalismo no início dos anos 2000, Damiani (2000, p. 30) já apontava as consequências na esfera do trabalho.

num contexto capitalista neoliberal e de imperialismo total, apresenta-se como alternativa governamental ultramoderna, para a solução do desemprego generalizado, demonstrando que existe, atualmente, um processo simultâneo de desemprego e degradação dos salários e das condições e direitos do trabalho. (DAMIANI, 2000, p. 30)

³ Entrevista Marcelo Carcanholo – *A crise e o capital fictício*. Acesso em: 06/10/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v_RCwqf5H1k> .

O desemprego estrutural e a tendência a constante pressão e rebaixamento sobre os salários são formas que o capitalismo utiliza para obter a maior extração possível sobre o trabalhador. Há uma constatação central para analisarmos a questão do trabalho do capitalismo contemporâneo que mudou a relações capital-trabalho, o período sob égide do neoliberalismo está sendo marcado pelos altos níveis, antes inconcebíveis, de desemprego e desigualdade. Mais que isso, as ações apontadas pela autora sobre os direitos do trabalho vêm sendo ampliadas, com os direitos dos trabalhadores sendo sistematicamente atacados. Esses fatos evidenciam o aprofundamento dessas desigualdades.

No mesmo sentido, Harvey (2011, p. 29) aponta que a globalização e a guinada em direção ao neoliberalismo enfatizaram, ao invés de diminuir as desigualdades sociais. O poder de classe foi restaurado às classes abastadas. Os resultados foram indelevelmente gravados nas formas espaciais de nossas cidades. Essa cidade desigual, continua sendo espaço da luta de classe, onde se busca formas de re-existir diante das imposições e se produzir o espaço urbano a partir de uma nova lógica. Nesse sentido, quando pensamos sobre uma crise do capital, devemos pensar: Crise para quem?

Observando o processo em que o capital financeiro tem o setor da habitação como fronteira em expansão, Rolnik (2015, p. 15) analisa os resultados das políticas habitacionais, em vários países do mundo. Segundo a autora, essa expansão resultou na “desposseção massiva de territórios”, na criação de pobres urbanos “sem lugar”, em novos processos de subjetivação estruturados pela lógica do endividamento, além de ter ampliado significativamente a segregação nas cidades. Para Rolnik,

A propriedade imobiliária (*real estate*) em geral e a habitação em particular configuram uma das mais novas e poderosas fronteiras da expansão do capital financeiro. A crença de que os mercados podem regular a alocação da terra urbana e da moradia como forma mais racional de distribuição de recursos, combinada com produtos financeiros experimentais e criativos vinculados ao financiamento do espaço construído, levou as políticas a abandonar os conceitos de moradia como um bem social e de cidade como um artefato público (ROLNIK, 2015, p. 14-15)

Na prática, a casa própria como uma fronteira para expansão do capital financeiro é alvo de armadilhas, sendo usada como garantia para se realizar a maioria dos financiamentos, empréstimos, isto é, o mesmo que dizer, que nesse período onde o desemprego é estrutural e atinge grande parte da população já marginalizada, os recursos estatais investidos em programas como “Minha Casa Minha Vida”, por exemplo, podem ser tomados pelo capital financeiro no sentido da reprodução do capital. Contemporaneamente, a periferia e sua moradia conformam-se em estruturais à reprodução ampliada do capital e à sua permanente acumulação.

Com a hegemonia do capital financeiro e do neoliberalismo, ocorreu o acirramento desse processo que é a tentativa de expansão do capital financeiro em todas as esferas da vida. Esse processo pode ser visualizado a partir de uma constatação básica, a transformação do trabalhador informal em microempresário, feita basicamente por microcréditos cedidos pelos bancos a juros, tendo a moradia como garantia fiduciária. Nesse processo, o capital financeiro alcança a periferia através do crédito, sendo o discurso neoliberal que prega o individualismo e a meritocracia amplamente utilizados. Porém, para além do discurso, grande parte desses trabalhadores ficam endividados, sujeitos a perda de bens como a casa. Isto significa que os moradores periféricos se tornaram alvos por meio do crédito de ações que envolvem a reprodução da riqueza na nova forma contemporânea do capital que tem na habitação periférica uma nova fronteira de acumulação.

Conforme Damiani (2000, p. 30), a urbanização é considerada *crítica* pela impossibilidade do urbano para todos, a não ser que se transforme radicalmente as bases da produção e da reprodução social. As desigualdades decorrem da produção e reprodução capitalista do espaço, somente a mudança dessa base social poderá solucionar os problemas decorrentes dessa produção. Contudo, o que se reafirma é a exploração e espoliação historicamente engendradas e que se constituem na essência do que é ser periférico.

Dessa forma, retomando a afirmação de Carlos (2007), a análise especificamente geográfica baseia-se no raciocínio segundo o qual as relações sociais se realizam concretamente enquanto relações espaciais. Destacamos o papel da geografia em avaliar esses processos em busca da transformação. Entendendo os novos desafios para o espaço urbano, voltamos a discussão da estrutura da cidade como locais onde essas relações sociais se realizam.

Caldeira (2000, p. 12) ao apontar o último padrão de segregação apresentado como “novo”, demonstra como este é caracterizado pela proximidade física entre classes na cidade, mas uma distância/separação garantidas pela segurança privada e por espaços privatizados de consumo, lazer, trabalho e habitação. Assim, segundo a autora, “por serem espaços fechados cujo acesso é controlado privadamente, ainda que tenham um uso coletivo e semi-público, eles transformam profundamente o caráter do espaço público”.

A configuração desse espaço transforma as relações e o uso do espaço público (e até o caráter de espaço público), segmentando-o, definindo por critérios que vão contra a ideia de cidade como local do encontro, do diferente, da proximidade etc. Mais que isso essas clivagens restringem o acesso de grande parte de população à cidade. Essas questões representam a “destruição do espaço público como espaço acessível às possibilidades do uso”, no sentido de Carlos (2007, p. 25). Passa-se, do “consumo no espaço ao consumo do espaço”, isso é o mesmo

que dizer, que os espaços são para serem consumidos como mercadorias e assim os cidadãos passam a ser vistos como clientes, sendo que quem não consome não são bem-vindos ao local.

Entre as várias características do hip-hop, dentro deste espaço urbano, está o uso do espaço público como forma de resistência. O uso de praças, escolas, das ruas, são formas desse movimento se reproduzir, sendo uma afronta a essa concepção de produção do espaço, que busca a distância e não a proximidade. Como veremos adiante, esta é uma das formas de se entender o espaço urbano como está constituído (desigual) e buscar o novo, novas relações sociais.

É nesse sentido que lançamos mão de uma geografia do cotidiano, no sentido da crítica a vida cotidiana apresentada por Damiani (2010) que entende que “é preciso incorporar ao espaço a crítica da vida cotidiana, que põe acento na reprodução das relações sociais”. Assim, o cotidiano envolve vários elementos da vida social, não só o trabalho, que também são alvos da reprodução social do capitalismo.

Uma análise do cotidiano dentro dessa perspectiva nos permite entender a reprodução do capitalismo. Colocando-se o acento no social, coloca-se o acento na cotidianidade como nível de análise da totalidade, (Damiani, 2010, p.162), dessa forma, é possível notar a força e expansão da exploração do trabalho pelo capitalismo, esta é uma de suas principais características. O período de uma economia mundial e de hegemonia do neoliberalismo, não é diferente, porém esse eleva o nível de exploração a pontos jamais alcançados. Não há outra forma de solucionar esse problema que não a mudança completa da estrutura social, pois o capitalismo tem como base essa relação constante do trabalho, buscando mover tudo e todos em favor da acumulação do capital.

Sendo a cidade produzida através da prática socioespacial, as nossas são resultados de todos esses fenômenos. Desde o início do processo de urbanização do Brasil, é possível notar que a população pobre foi alvo de políticas que tinham o claro objetivo (mas atuava ideologicamente com outras bandeiras) de manter o controle sobre o espaço, isto é, de manter a luta de classe em níveis que se pode controlar, de afastar os pobres de certas regiões da cidade, de organizar o espaço em busca de dominação de uma classe pela outra etc.

Entre outros fenômenos que podemos discutir para as cidades estruturadas nesse contexto desigual, a especulação imobiliária é uma forma histórica de se obter ganhos sem limites dentro do espaço urbano. A atuação de vários setores, que buscam em todas as esferas o lucro, mostra um campo contraditório no urbano, que tende, seguindo esses a marginalizar que não consome o espaço.

Os processos atuais da questão urbana comprovam as reflexões feitas por Damiani (2000), que considera a *Urbanização crítica*. Nesse sentido, essa transformação deve ser um dos pontos centrais da discussão do urbano, pois as atuais formas de organização de um espaço urbano, onde são evidenciados a desigualdade, a marginalização da maioria das pessoas, são estruturais à produção do espaço urbano no capitalismo.

Diante desses fatos há uma tentativa constante do capitalismo se reproduzir através de suas contradições, isto é, eliminando as radicalidades, transformando-as em uma perspectiva reformista. Esse fato é observado em várias esferas, como na tentativa de cooptação dos movimentos sociais. Assim, uma perspectiva reformista, de uma reforma de dentro, não pode ser a base de mudanças, pois sempre serão transformadas em favor da reprodução do mesmo modo desigual.

3. BREVE HISTÓRIA DO MOVIMENTO HIP-HOP E DO RAP NO BRASIL

Nesse capítulo, procuramos destacar a diversidade concepções e perspectivas que tratam o movimento hip-hop e do rap, buscando demonstrar a complexidade das discussões que envolvem seu “surgimento”, desenvolvimento e difusão para vários países. Além disso, as discussões elencadas passam pelos principais elementos constituintes do movimento e seus principais precursores, segundo estas perspectivas. O objetivo deste levantamento, é mais captar a essência do que constitui o que hoje chamamos de hip-hop e de rap, e menos definir a perspectiva que trata a história do movimento corretamente.

Para além disso, procuramos destacar a diversidade e as potencialidades desse movimento, principalmente por sua origem negra e latina, resistindo a marginalização imposta. No Brasil, o hip-hop (e o rap) assumiram características próprias, fato que demonstra a capacidade de adaptação do movimento a diversas realidades. Outro ponto que destacamos é que o rap, que se tornou um dos principais produtos da indústria da música, ainda mantém em grande parte as características que tiveram grande importância para sua afirmação (para além da diversão), a de contestação as desigualdades, constituindo uma das vozes das periferias.

3.1 O desenvolvimento do hip hop e do rap

O hip-hop pode ser caracterizado como movimento formado pela união de vários elementos, entre eles: o DJ (Disk Jockey); o MC (Mestre de Cerimônias); o Break; e o Graffiti, sendo o rap (Ritmo e Poesia), em uma primeira aproximação, a união entre as características do DJ e do MC.

Sendo objeto de muitas pesquisas e discussões, existem algumas divergências nos estudos sobre o “surgimento” desse movimento⁴. Uma das concepções mais citadas, entende que o movimento surgiu da conjugação de elementos de diversas culturas como a africana e hispânica, em um contexto geográfico específico, os bairros pobres de Nova York, nos Estados Unidos. Entre outras discussões, a hegemônica apresenta elementos da diáspora africana, que se constatou na Jamaica, durante o século XX, caracterizando várias técnicas de rimas e de

⁴ Souza (2009, p. 52) contribui com esta discussão citando que “não existe apenas uma história a respeito do *hip hop*, pois entendem que, como movimento cultural, transforma-se nos vários contextos em que aporta, hibridiza-se e assume distintos formatos, ressignificando de maneiras diferentes os efeitos do fenômeno da diáspora negra pelo mundo, fazendo da musicalidade um dos elementos de sustentação de sua organização social, cultural e política”.

reprodução do som, que foram incorporadas ao hip hop. Essa perspectiva, parte da questão da ancestralidade, para enumerar argumentos que apontam para um movimento de origem negra, que surge como manifestação da cultura africana.

Independentemente da posição tomada em relação ao “surgimento” do movimento, é unânime a posição que destaca o desenvolvimento deste nos Estados Unidos como sendo importante passo para o hip hop e para o rap. Nesse sentido, a transição entre as décadas dos anos de 1960 e 1970 representa um importante momento para o que hoje conhecemos como hip hop. Aqui, contextualizamos este momento histórico partindo dos elementos centrais do movimento, para assim destacar as características que permitiram sua difusão pelo mundo e sua chegada no Brasil.

Nessa perspectiva, os primeiros anos do hip-hop nos Estados Unidos, podem ser caracterizados pelo contexto pós-Segunda Guerra Mundial, precisamente na década de 1970, onde se esgotou o regime de acumulação adotado pelos países centrais do capitalismo, sendo que as readequações político-econômicas a esse período marcaram diretamente a paisagem urbana e o modo de vida dos trabalhadores nesses países. Um dos pontos importantes para análise desse momento é a desindustrialização industrial, processo no qual os países centrais do capitalismo, inclusive os Estados Unidos, em busca de retorno a altas taxas de lucro pela exploração do trabalho, enviaram suas unidades produtivas para os países da periferia do sistema, causando altas taxas de desemprego.

Esses fatos estão alinhados com a reestruturação que veio a culminar após alguns anos na difusão em um modelo conhecido como neoliberalismo, que combateu as políticas econômicas keynesianas. David Harvey destaca esse como um ponto de ruptura revolucionária da história social e econômica da humanidade. Houve em toda parte uma empática acolhida ao neoliberalismo nas práticas e no pensamento político-econômicos desde os anos 1970. A desregulação, a privatização e a retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar social têm sido muitíssimo comuns. (HARVEY, 2005)

Somando-se a isso, é importante destacar, nesse processo, a questão do racismo e das lutas dos negros daquele país contra as leis discriminatórias, questões que historicamente marcaram o Estados Unidos. Nos Estados Unidos, assim como em outros países, houve leis discriminatórias “oficiais”, uma das principais ficou conhecida como leis de Jim Crow, que estabelecia a segregação racial em algumas partes do país⁵. Segundo Souza (2009, p. 65), no contexto do desenvolvimento das bases do hip hop naquele país houve a “intensificação das

⁵ O conjunto de leis de Jim Crow, assim como outras que estabeleciam oficialmente a segregação racial, só foram revogadas em 1964, pela Lei dos Direitos Civis.

lutas por direitos civis em meio a protestos, enfrentamentos físicos, comícios e boicotes, os negros visaram mudar leis segregacionistas”.

Nesse sentido,

Segundo Tricia Rose (1994), a mudança do perfil socioeconômico da cidade, outrora industrial, para o de uma metrópole pós-industrial atingiu de forma mais direta os segmentos juvenis. Essa transformação implicou diretamente na redução da oferta de empregos, na exigência de novas qualificações pelo mercado de trabalho e na obsolescência de várias atividades profissionais. Para boa parte dos jovens integrantes do movimento hip hop, a redução do emprego foi uma questão difícil a ser enfrentada. As transformações, por um lado, ampliaram as ofertas de mão de obra no setor de serviços mas, por outro, reduziram as possibilidades no decadente setor industrial. (ROSE, 1994, apud, SILVA, 1998, p. 35)

Quanto ao que se refere à questão urbana, pode-se dizer que houve, nas grandes cidades norte-americanas, avanço das imobiliárias na compra de imóveis antigos, no intuito de transformá-los em condomínios de luxo, o que fez com que os moradores operários e subempregados ficassem cada vez mais restritos em sua área residencial. Esse processo foi acompanhado, por sua vez, por uma redução dos serviços sociais. Os afro-americanos que conseguiram melhores condições econômicas mudaram-se para residências localizadas em bairros mais abastados, fazendo com que crescesse o isolamento social dos ‘ghettos’. Nesta conjuntura, a violência e o consumo de drogas cresceram nos bairros mais pobres, atingindo em cheio os negros e os latinos (Berman, 1986 e Rose, 1997 *apud* Felix, 2005, p. 64)

Assim, apesar do hip hop não ter se apresentado como forma de luta direta, este movimento estava diretamente inserido no contexto das lutas e se configurou a partir do diálogo com as questões postas pelos movimentos como ferramenta contestatória e reivindicatória. O cenário do desenvolvimento do hip hop naquele país foi marcado por essa transição que configura uma ruptura, onde os efeitos desse momento podem ser analisados a partir das contestações do hip hop, que para além da diversão e do lazer para jovens marginalizados, se desenvolveu historicamente no questionamento dessa posição marginal. Assim,

O hip hop deu voz às tensões e às contradições no cenário público urbano, (...) tentou negociar as condições da nova economia e tecnologia, bem como das novas formas de opressão de raça, gênero e classe na América Urbana, ao apropriar-se das fachadas dos metrô, das ruas públicas, da linguagem e da tecnologia do sampler. (ROSE, 1997, pp. 119-23 apud ALVES, 2008, p. 63)

Estas discussões nos ajudam entender que este movimento se difunde na busca de ser a expressão de milhares de jovens marginalizados na produção do espaço urbano. O Bronx é um dos berços para o hip hop em solo estadunidense. Sendo um dos cinco distritos da cidade de Nova York, que neste cenário, passava por esse processo de reestruturação, fenômeno que

nomeado por alguns autores como de “caos urbano” ou “decadência urbana”⁶, pela crise econômica e as consequentes altas taxas de desemprego e desigualdade, junto a um processo de especulação imobiliária que levou os bairros pobres da cidade e seus moradores a um estágio de abandono⁷. Nesse período de transição entre a década de 1960 e 1970, as grandes cidades do país, incluindo Nova York, ficaram marcadas por altos índices de criminalidade. Segundo Monge (2017),

Final dos anos 60 e início dos 70 as Gangues de Rua (Street Gangs) dominam os guetos de Nova Iorque gerando um ambiente constante de guerra entre as juventudes desses bairros. O Bronx se torna um dos mais perigosos da cidade devido a concentração e postura violenta das Gangues, reflexo da situação de extrema pobreza. O número de homicídios no Bronx quadruplicou entre 1960 e 1971, a maioria associados à atividade das Gangues. (MONGE, 2017, p. 4)

Outro fato importante, que marcou este período, foi a mudança tecnológica, explanado por Felix (2005),

Ainda, neste período histórico, nos EUA, ocorre uma mudança do sistema analógico para o digital. As pessoas com poder aquisitivo trocaram seus aparelhos toca-discos e pick-ups por aparelhos de CD. Essa situação motivou grande queda nos preços dos antigos toca-discos e pick-ups, o que contribuiu bastante para o surgimento do rap, pois esses equipamentos são os principais ‘instrumentos’ para a realização deste tipo de composição musical (FELIX, 2005, p. 62)

Entre as várias perspectivas que tratam o desenvolvimento do movimento hip hop, há uma que trabalha a importância de um tratado de paz assinado entre algumas gangues no Bronx, parte dessa questão para se entender a base para o surgimento do movimento naquela localidade. Nesse sentido, o documentário produzido por Monge MC, pela VVARTV (2017), faz uma primeira aproximação com os quatro principais elementos do movimento, partindo da concepção que destaca o papel de Cindy Campbell e Clive Campbell no desenvolvimento das bases do que conhecemos atualmente como hip hop.

Monge (2017) explicando o contexto, afirma que em 1971, houve a assinatura de um tratado de paz entre grande parte das gangues que dominavam o Bronx. Esse tratado teria sido pensado pela constatação de alguns membros de gangues (Ghetto Brothers e Young Lords), da luta travada pelos movimentos por direitos civis, especificamente as pautas do Partido dos Panteras Negras, onde, a luta desses voltavam-se para a questão da libertação da população negra e latina das opressões por parte do Estado norte americano. Nesse sentido, houve

⁶ Importantes apontamentos sobre estes termos se encontram em Neil Smith (2006, p. 65), este aponta que “os urbanistas e estudantes no domínio utilizam essa linguagem epidemiológica da “enfermidade” para falar dos pobres, frequentemente dos bairros habitados por negros ou latinos. Este eufemismo social manifesta a falta de investimentos, seja dos proprietários ou do Estado”.

mudanças na relação entre os jovens que estavam antes limitados pelas áreas de atuação de cada gangue, as Festas do Blocos (*Block Parties*) ganham força por essa questão. O tratado permitiu uma maior circulação dentro dos bairros.

Como visto, no plano mais estritamente sonoro, a tradição afro na diáspora tem sido igualmente tomada como relevante para a compreensão do desenvolvimento do rap. Nesse campo, as transformações dizem respeito à reelaboração de práticas tradicionais no contexto da tecnologia. (Alves, 1998, p. 38). Grande parte das pesquisas que versam sobre o movimento do hip hop e o rap destacam as transformações das tecnologias desenvolvidas na Jamaica, como o *disco mobile*, *sound system*⁸, e, também o desenvolvimento de técnica de rimas, como o *toast*⁹ que foram levadas aos Estados Unidos, e influenciaram o desenvolvimento do hip hop.

O DJ é um dos elementos do hip hop, no seio desse movimento pode ser caracterizado, em uma primeira aproximação, como o responsável pelo ritmo, isto é, responsável por manipular os equipamentos, onde produz as batidas. A utilização de músicas de outros estilos como, funk, jazz e soul, por exemplo, é uma tradição dentro do rap estadunidense, assim como, para no Brasil, onde se usa referência de outros ritmos desde os estadunidenses, passando pelos ritmos brasileiros como MPB, até os populares como Maracatu, entre outros. Herschmann (2005) destaca os nomes dos DJs Kool Herc e Grand Master Flash que, utilizaram-se de técnicas que posteriormente se tornariam fundamentais para este tipo de música eletrônica. Dentre essas técnicas, citam os *sounds systems*, mixadores, *scratch* e os repetidores eletrônicos.

O DJ Kool Herc criou o que ficou conhecido como “Merry Go Round”, que segundo Monge (2017), foi uma técnica que partindo da percepção que os jovens que frequentavam as festas faziam passos específicos durante o break (parte sem vozes, só instrumental) dos discos de funk, pegou mais um disco para estender essa parte, permitindo não só o desenvolvimento de um tipo de dança, o Break que é a dança do hip hop no contexto do seu surgimento, mas também dos primeiros raps.

Em outro estudo, Silva (1998) discute outro personagem importante no contexto de desenvolvimento de técnicas do DJ no hip hop, Grand Master Flash contribuiu, segundo este,

⁸“Os *sound systems*, uma espécie de sistema de som móvel, proporcionaram a realização de encontros em espaços abertos, como ruas e praças, e com música mecânica (reprodução de discos)” (CAMARGOS, 2015, p. 34)

⁹ Silva (1998, p. 38) cita que o *toast* caracteriza-se “pelo uso da linguagem das ruas e pela construção de narrativas de experiências que remetem à história de vida dos excluídos, atividades ilegais e semi-legais, como o jogo e a droga”.

com técnicas como o scratch¹⁰ e do back spin¹¹ que complexificaram e redefiniram a função do DJ, para além das colagens do break beat.

As experiências de Afrika Bambaataa foram importantes na definição de novos timbres que estavam compondo a base sonora do break, a dança característica do hip hop. Para além disso, nas discussões do movimento, muito se fala que Bambaataa foi o primeiro nomear o conjunto dos elementos de hip hop objetivava a “paz, amor, diversão e união”, que significa “um conjunto de atitudes, gestos, linguagens e formas estilizadas com a cultura de rua”. Para além disso, fala-se que esse discutiu um quinto elemento estruturante, o conhecimento. Bambaataa foi o criador da organização Zulu Nation, cujo posicionamento político influenciou o desenvolvimento do hip hop (SILVA, 1998).

Como visto, a partir do desenvolvimento das técnicas do DJ dentro do hip hop, se praticava alguns passos no break dos sons, esses passos que foram mobilizados e se tornou o tipo de dança do hip hop, o Break. Assim,

No auge da era disco o breakdance surgiu como uma experiência oposta, na qual valorizava-se as quebras nos ritmos durante a música e entre as músicas. (...) O break também ganhou expressão como dança de rua no início dos anos 70 a partir dos guetos nova-iorquinos. Acredita-se que os movimentos iniciais da dança relacionavam-se com as performances introduzidas no palco por James Brown. (...) Entretanto, segundo Tricia Rose, no Break localiza-se uma série de movimentos relacionados à dança em geral, que remontam a diferentes tradições de origem afro-americana, como o charlestone, a cakewalk, o jitterbug e movimentos da flashdance que foi popular no Harlem na década de 40. (SILVA, 1998, p. 48)

Andrade (1999), aponta que o break recebeu influências e tem relação com protestos contra a Guerra do Vietnã. O mesmo é caracterizado por movimentos em que o dançarino (b-boy ou b-girl) tenta reproduzir o corpo debilitado dos soldados que voltavam da Guerra do Vietnã, destacando ainda os movimentos que copiavam helicópteros, sendo este um protesto simbólico, mas de grande significado para a juventude daquela época.

Assim como outros elementos que foram apropriados e desenvolvidos dentro do hip hop, o break, a expressão da dança dentro do movimento, pode ser referenciado em outros momentos históricos, associados a questão de passos do funk, outros passos da dança afro-

¹⁰ Felix (2005, p. 66) apresenta o scratch como a “prática de girar o disco com as mãos para frente e para trás, em velocidade muito maior que a normal, causando um atrito entre a agulha e a face do LP (...) vinil” (FELIX, 2005). Porém, há algumas discussões sobre esta técnica, Silva (1998) diz que se atribui a criação da técnica do scratch ao Dj Grand Wizard Theodor. Já Viana (1987) diz que Grandmaster Flash, discípulos de Kool Herc, criou o "scratch", que é a utilização da agulha do toca-discos, arranhando o vinil em sentido anti-horário, como um grande invento para o hip hop

¹¹ Souza (2006, p. 68) aponta em diálogo com Dayrell que o back spin consiste em extrair do disco uma frase rítmica, repetindo várias vezes e alterando o andamento normal da música.

americana e também africana na diáspora. Aqui é interessante destacar que o break como elemento do hip hop, atualmente se complexificou englobando vários outros tipos de danças.

O MC é outro elemento central para o hip hop. Segundo Camargos (2015, p. 35), naquelas circunstâncias, entre uma canção e outra, aconteciam intervenções de um locutor, fosse para dar notícias, pedir algo, fazer propaganda, ou para tentar animar o público, outros valores, práticas e costumes iam temperando essa mistura que desembocaria no rap. No mesmo sentido o autor destaca que não havia separação rígida entre o DJ e o MC, com esta distinção foi aparecendo aos poucos, com os DJs se aprimorando na produção sonora e os MCs encarregando do uso dos microfones.

Apontando para a questão da ancestralidade, Silva (1998) aponta que os elementos centrais MC e DJ, têm sido interpretados como reelaborações de práticas culturais ancestrais de origem afro relacionadas à tradição oral e a música. Muito se fala dos *griots*, que são responsáveis, em algumas regiões do continente africano, pela transmissão da cultura e história pela palavra. Ainda com Silva, (1998, p. 37), que destaca outro ponto, quando se busca tratar da ancestralidade e do desenvolvimento de técnicas que seriam apropriadas pelo hip hop, é o talk over (“literalmente falar por cima”), que “juntou-se ao *dub* como verdadeiros *toasts* fundindo simultaneamente a tradição oral e a tecnologia numa forma diferente de oralidade.

Dentro do Hip-Hop, o grafite se desenvolveu a partir da demarcação de territórios por parte dos jovens de periferia, na forma de assinaturas pintadas sobre paredes, ou seja, as tags. Constituídas por um tipo de código que caracteriza a identidade dos grafiteiros, estas tags são utilizadas também como um recurso para marcar plasticamente a presença desses artistas na paisagem urbana (...)pode-se estender essa designação para o conjunto de atividades que incluem não só o desenho, mas também a mensagem verbal. (ALVES, 2008, p. 66)

Como visto, Clive Campbell (DJ Kool Herc) e sua irmã Cindy Campbell são considerados fundadores do hip hop. Pois, além da contribuição para o desenvolvimento do papel do DJ, Herc fazia pequenos versos que são oriundos dos versos rimados em cima do reggae e de outros estilos musicais jamaicanos, que levaram ao hip hop, sendo que MC é pessoa que escreve e canta a poesia. Nos locais das festas organizadas por Kool Herc e Cindy, sempre existiam Graffiti nas paredes. Estas circunstâncias, para esta perspectiva, permitiram a conjunção dos quatro principais elementos, do que foi chamado posteriormente de hip hop, que é o MC, DJ, Graffiti e o Break.

Nesse sentido, formam-se vários grupos que constituem o movimento hip hop, que é marcado por gestos, práticas moldadas por esse movimento. Uma das questões centrais que aqui abordamos, tem relação com a questão do protesto e da contestação das desigualdades que configura a produção (desigual) do espaço em muitas das cidades em que o movimento se

territorializa, modificando as relações com o espaço urbano. O movimento tem grandes contribuições para se pensar as relações com o espaço por ser a expressão de milhares de jovens que são estruturalmente marginalizados,

Nos bairros, formaram-se grupos com o objetivo de inovar para poder imprimir suas marcas nos ambientes [...] Uma vez constituídos, esses grupos, circunscritos a um determinado bairro, juntavam-se aos de outros bairros, originando as *crews*, *coletivos* batizados com nomes que expressavam as novas identidades em construção. [No contexto do “surgimento”, destaque nosso] Em substituição às gangues, coletivos propiciavam o exercício do convívio mais próximo e possibilitavam a negociação de interesses que se tornam comuns em torno da cultura do *hip hop*. (SOUZA, 2009, p. 69)

Como visto, as condições históricas que marcavam o local de desenvolvimento do hip hop em solo estadunidense, o bairro Bronx, em Nova York, tem relação direta com as desigualdades, marginalização, racismo e pelo “abandono” da população pobre por parte do Estado e, a busca por formas de se manifestar contra essas situações. Entre os fatos que permitiram a rápida difusão do hip hop, que se desenvolveu de diferentes formas nos mais diversos contextos, podemos destacar as condições sociais, econômicas e políticas, que marginaliza os jovens, sendo o hip hop uma forma de expressão criada por esses jovens periféricos.

Gomes (2012 p. 22) cita que “sabendo de seu grande poder de alcance como música e, sobretudo de sua grande aceitação junto aos jovens, o rap nos EUA logo foi incorporado pelas grandes gravadoras”. Para Felix (2005, p. 69) o hip hop surge nos EUA sendo considerado prática de negros e latinos pobres, tendo uma origem e ligação étnico-racial e econômica, no entanto, ao ser gravado o rap ganha uma nova condição de mercadoria, e seus realizadores passaram a conquistar melhores condições de vida, sendo que nos últimos anos, os rappers passaram a ser os músicos mais bem remunerados. A questão da industrial cultural é muito debatida dentro do movimento, sendo essa relação importante para se compreendê-lo atualmente. O hip hop e o rap desenvolvidos nos Estados Unidos tem semelhanças e muitas diferenças com o desenvolvido no Brasil.

3.2 - Alguns apontamentos sobre o hip hop e o rap no Brasil

O fim da década de 1980 marcou a difusão do hip hop para vários outros países. Aqui, é importante destacar um dos apontamentos de Camargos (2015) baseando no trabalho de autores que estudaram o hip hop em várias partes do país, explica:

As práticas isoladas de canto, dança e consumo/fruição cultural que possibilitaram a construção de uma identidade hip hop apareceram não apenas (ou primeiramente) em

São Paulo, como se costuma pensar, mas quase que simultaneamente em várias cidades do país. (CAMARGOS, 2015, p. 40)

Esta perspectiva difere de concepções que adotam São Paulo como local de chegada e ponto de difusão do movimento pelo país. É importante destacar que esse é um processo que ocorre simultaneamente em várias cidades. Mas em nosso caso, como utilizamos um referencial bibliográfico que privilegia e tem como ponto de partida a cidade de São Paulo e também o Rio de Janeiro no que tange a discussão dos processos de urbanização e industrialização brasileira, damos ênfase as discussões que trazem o hip hop e rap nestas cidades.

O movimento hip hop e o rap paulistano é o mais estudado do país. Os autores que tratam do contexto histórico de aproximação com que conhecemos atualmente por hip hop brasileiro, destacam a forte relação de parte das pessoas que viviam nas periferias com os bailes black. O espaço dos bailes para os jovens negros constituía, segundo estas pesquisas, locais de “afirmação da sua identidade, mais do que um simples espaço da sociabilidade juvenil – não é o simples fato de estar com seus iguais de idade, mas sim o de estar com os seus iguais em etnia que vivenciam as mesmas dificuldades econômicas e sociais. (ANDRADE, 1999, p. 88)

Felix (2000) analisa essa relação, demonstrando que esses bailes, como locais de diversão de parte da população, constituíram algumas das bases para o que discutimos atualmente como movimento hip hop. Um exemplo dado é a questão dos discos, que eram de difícil acesso para grande parte da população brasileira, mas os donos e DJs dos Bailes Black traziam as novidades do funk e soul, dos Estados Unidos, sendo este um canal que permitiu um desenvolvimento da figura do DJ no movimento hip hop em São Paulo.

Por que, nessa pesquisa, sublinhamos a importância dos bailes? Porque é no interior desses locais que surgem os principais elementos do Hip Hop, que são: o Disk Jockey (DJ), o Mestre de Cerimônia (MC) e o Breaker, o dançarino. Fica difícil se entender a gênese do Hip Hop, entre nós, sem esse nascedouro, que foram os salões de bailes black, a seu modo um específico “território negro”. (FELIX, 2000, p. 15)

Felix (2000), ainda tratando o contexto de desenvolvimento do hip hop na cidade de São Paulo, faz um apontamento que acreditamos estar na essência do hip hop e do rap no Brasil, este afirma que os negros sempre tiveram na arte uma forma de resistir, e que esse tipo de entretenimento é visto como uma alternativa ao racismo cotidiano.

O DJ, já era uma figura central nos bailes paulistanos, com atuação do mestre de cerimônia, sendo possível no movimento de animar os bailes e a questão dos estilos tocados nos bailes possibilitavam a dança Breaking que já chegava dos Estados Unidos. Outro destaque que é extremamente importante e estruturante do movimento hip hop em São Paulo, tem relação com o aumento do número de pessoas que dançavam o Break dentro dos Bailes Black, o que

fez com que esse tipo de dança ser deslocado desses ambientes fechados dos bailes, para as ruas.

No processo de chegada e desenvolvimento do hip hop no Brasil, várias pesquisas e representantes dentro do movimento, destacam a figura de Nelson Triunfo como precursor do break, bem como pioneiro do hip hop em São Paulo. “A princípio, no início dos anos 80, os hip hoppers conheceram o break, e dançavam nas pistas dos salões de baile, até chegarem as ruas da capital”. (ANDRADE, 1999, p. 88)

No mesmo sentido, discutindo algumas características sobre surgimento do hip hop e do funk, Herschmann (2005) aponta para algumas das bases da música negra, como o Blues, R&B e o Soul, com as contradições que envolve resistência e luta de movimentos sociais, mas também como produto da indústria cultural, que culminaram no funk e no hip hop nos Estados Unidos. Para além disso, no caso do Brasil, um destaque do autor são as diferenças que o funk e o hip hop, advindos dos Estados Unidos, assumiram no país,

Pode-se dizer que, cada vez mais, o “local reinterpretava o global”; estava em andamento um intenso processo de apropriação da cultura hip-hop por parte dos consumidores cariocas que determinou similaridades, mas, principalmente, diferenças entre o funk nacional e o hip hop em geral, ressimbolizado no mundo inteiro. Aliás, enquanto o funk ia se afirmando na cultura urbana carioca ao longo da década de 80, o hip-hop começava a encontrar um terreno propício para o seu desenvolvimento, especialmente na noite paulistana. O hip-hop nacional surgiu, em meados da década de 80, nos salões que animavam a noite paulistana no circuito negro e popular dos bairros periféricos. (HERSCHMANN, 2005, p. 25)

Nesse caminho, Souza (2006, p. 70) apresenta o contexto urbano da cidade de São Paulo, no período da chegada do hip hop, discutindo o enfraquecimento da ditadura militar, junto a uma atuação de movimentos sociais e sindicatos, em um contexto de grandes desigualdades, hiperinflação e desemprego, elementos que compunham a urbanização anteriormente analisada. Dialogando com Felix (2005) a autora discorre sobre a questão da importância dos bailes para a luta antirracista e para o desenvolvimento do hip hop. Para além disso destacam-se equipes que organizavam eventos, como Chic Show, Zimbabwe, Black Mad e Company Soul e que traziam discos de outros países, principalmente dos Estados Unidos.

Nesse contexto de transição entre os anos de 1980 e 1990, surgiram grupos que foram responsáveis pela afirmação do movimento, não só na cidade de São Paulo, mas pelo país. Andrade (1999, p. 88) afirma que “foi assim que surgiram os grupos de rap do movimento hip hop, sendo hoje os mais conhecidos - Thayde, DJ Hum e Racionais MC’s – pertencentes a esse movimento histórico de introdução, consolidação e proliferação dos ideais do movimento no país”.

Em um primeiro momento houve a formação de posses¹², que são grupos organizados em torno do hip hop, de acordo com afirmação de Marina Amaral em uma reportagem da segunda edição especial sobre Hip Hop da Revista Caros Amigos (2005). A jornalista visita algumas posses da cidade de São Paulo, mostrando que entre as posses apresentadas na primeira edição, a grande maioria estava se organizando entorno de organizações nacionais e até internacionais de hip hop, com diversos posicionamentos políticos, muitas vezes opostos, como a Frente Brasileira de Hip Hop, o MHHOB, MH20 e a Zulu Nation, no caso internacional. Não é um de nossos objetivos, compreender os posicionamentos dentro de cada posse e organização, mas sim apresentar a grande diversidade do movimento hip hop¹³. Nesse ponto é preciso destacar que há integrantes que se mantiveram fora das questões da política institucional.

A revista Caros Amigos dedicou uma edição em 2005 tratando do tema hip hop, sendo ouvidas as contribuições de várias pessoas envolvidas no movimento. Spensy Pimentel, jornalista que pesquisou sobre o movimento hip hop em meados da década de 1990, no texto introdutório, faz algumas considerações sobre as diferenças do hip hop entre esses 7 anos, que os separam da primeira edição da revista que tratou do hip hop. Na avaliação do pesquisador, existe diferenças dentro do movimento. Uma das principais é que o movimento tem seus próprios meios de comunicação, com rádios jornais e revistas, e programas de televisão, fato que não ocorria nos anos da década de 1990.

Seguindo nessa linha, Pimentel (2005) destaca que o hip hop virou a

panaceia para os problemas de comunicação entre as duas margens do abismo da desigualdade brasileira, onde de pedagogos e assistentes sociais bem-intencionados a publicitários marqueteiros políticos malandrões, todos passaram a apelar para ele, para educar, amansar ou vender. (PIMENTEL, 2005, p. 3)

No mesmo sentido, o autor aponta que no país este movimento alcançou grande expressividade política. O contexto desta análise sobre o movimento hip hop pode ser caracterizado, entre outras dimensões importantes, pela popularização de equipamentos eletrônicos que, de certa forma, facilitou a difusão dos elementos do hip hop, principalmente o rap.

É importante destacar que no hip hop esses elementos são independentes, com cada um carregando suas especificidades, mas é na reunião entorno de um movimento que este se

¹² Atualmente o termo posse não é correntemente utilizado para designar grupos organizados entorno do hip hop. Segundo Andrade (1999, p. 89) a posse tem como propósito desenvolver atividades artísticas entre os membros do próprio grupo, com ensaios nas suas reuniões semanais ou quinzenais; agendamento de apresentações musicais ou palestras em escolas e organizações não governamentais. Algumas procuram articular-se com partidos políticos, participando de debates, ou com entidades do movimento negro.

¹³ Na mesma edição, Amaral (2005) entrevista Milton Sales uma figura importante dentro do cenário musical do rap, que fala, em 2005, em 4 mil grupos de rap em São Paulo, empregando umas 60 mil pessoas.

fortalece, é onde se encontram as raízes deste complexo movimento. Fica claro, em uma análise histórica do hip hop, que o rap abriga especificidades e ganhou uma certa “autonomia” em relação aos outros elementos do movimento por sua possibilidade de difusão musical, porém é preciso ter em mente a importância da relação direta com o hip hop.

Como visto, grande parte das letras do rap tem como características a crítica social, essa questão tem relação direta com os MCs e o lugar em que vivem e escrevem, ou seja, sendo parte de um movimento que se desenvolveu historicamente como expressão dos marginalizados, tem muitas relações com as periferias e seu contexto social e econômico. Nesse sentido, as letras de rap aqui discutidas apresentam várias questões centrais para a compreensão do espaço urbano e dos problemas sociais que marcam as cidades.

O rap se apresenta como uma forma de expressão para parte desses marginalizados, que não são ouvidos no processo de constituição do espaço urbano. Pode ser considerado, nesse sentido, como ferramenta de luta e de resistência contra qualquer opressão, desde o racismo, passando pela marginalização, até o machismo; tendo grande contribuição para o tratamento da questão urbana, que envolve, sobretudo entender a produção e reprodução (desigual) do espaço urbano no Brasil.

Roberto Camargos, em *“Rap e Política: percepções da vida social brasileira”*, contextualiza o período que marca a produção do rap no Brasil, caracterizado pela entrada do capitalismo neoliberal, ampliando as desigualdades,

O rap tem sua produção assentada no tempo em que o Brasil sofreu acentuadas transformações, que culminaram, em última instância, na consolidação da hegemonia das ideias e práticas de cunho neoliberal. O país pôs-se a girar mais decisivamente na órbita do capitalismo neoliberal na década de 1990 e, a partir dessa orientação política e ideológica, promoveu a reestruturação da hegemonia burguesa nas esferas sociais como um todo (econômica, política e cultural. (CAMARGOS, 2015, p. 18)

Nessas circunstâncias, de fato processou-se uma tremenda violência que incidiu sobre a vida das pessoas comuns, o que agudizou problemas sociais e aumentou as tensões presentes nas relações de poder e sociais. (IBIDEM 2015, p. 20).

Assim, a partir das constatações do autor, é importante relacionar os contextos de surgimento e de ação do hip hop nos estados unidos e o contexto do Brasil, pois se verifica que nos momentos de crise onde as desigualdades aumentam, o capital busca formas alternativas de se manter o controle da população, por meio do Estado. Nesse sentido temos que entender as semelhanças que envolvem os dois períodos seja o período da “decadência” no Bronx, ou na entrada do capitalismo neoliberal do Brasil.

Como visto, algumas características presentes no rap desenvolvido nos Estados Unidos, difundiram-se para as principais cidades do mundo e também do Brasil, esse fato pode ter

relação com o desenvolvimento e acesso das tecnologias, mas também com problemas sociais também enfrentados nas cidadãs, como a desigualdade e o racismo, reflexos de um tipo específico de urbanização, a capitalista. Gomes (2012) trata das características que o *hip-hop*, como manifestação territorial que tem o *rap* como uma de suas expressões, assume diante da diversidade regional no Brasil, assumindo características distintas em busca de fazer ouvir suas reclamações, analisando como o hip hop se constitui como mecanismo de *solidariedade orgânica*¹⁴.

Discutindo o contexto de surgimento e desenvolvimento do *hip-hop*, Gomes (2012), faz uma importante distinção: com crescimento do movimento que, no contexto de sua criação, era feito pelos pobres, e com sua difusão, passou a ser ouvido pelos jovens de todas as classes, o autor afirma que a diferença é que para os pobres o *hip-hop* tem relação com a resistência. Apoiando nessa questão, tratamos do rap que busca resistir aos processos estruturais de exploração impostos às periferias e aos pobres, definindo o rap como um dos movimentos que tem no esforço para compreensão e transformação da realidade um dos seus principais elementos constituidores.

Por meio das ações do hip-hop, bem como pelo conteúdo das letras de rap, podemos enxergar explicitamente a necessidade e a vontade de romper com o monopólio da informação descendente, criando à sua maneira canais alternativos para difundir ideias próprias que não condizem com as ideologias dominantes. Podemos dizer ainda que o hip-hop faz com que uma parcela da população, que se configurava apenas como receptora de informações musicais, transforme-se em produtora dessa informação, quebrando o ciclo excludente que predominava. (GOMES, 2012, p. 35)

Gomes (2012), dialogando com Maria Laura Silveira, discute o rap a partir de *situações geográficas*, que segundo esta autora “tem relação com o conjunto de eventos geografizados, que tornados materialidade e norma, muda, paralelamente, o valor dos lugares porque muda a situação, criando uma nova geografia”, nesse sentido, assume características regionais dentro da diversidade territorial brasileira, fato que facilita a “compreensão dos nexos entre o mundo e os lugares e o papel desempenhado pela cultura popular no território nacional”.

Destaca-se que o rap baiano é diferente do rap paulista, que é diferente do rap amazonense, pois esses assumem características que são próprias da região¹⁵. Um exemplo citado tem relação com o rap em Porto Velho – RO, que reclama problemas típicos da região ligadas a causas indígenas e ambientais, que é uma peculiaridade da situação geográfica da

¹⁴ “A solidariedade orgânica está relacionada às horizontalidades, agregando pontos sem descontinuidade, enquanto a solidariedade organizacional é criada a partir de arranjos organizacionais que são impostos sobre a região, submetendo-a às racionalidades de origens distantes” (Santos, 2009, apud Gomes, 2012).

¹⁵ O conceito de região empregado por Gomes (2012) nessa explicação é dialogado com Santos, que o tem como próximo ou quase sinônimo de lugar”.

região para o autor. Nesse sentido, Gomes (2012) destaca que a unidade regional não significa uniformidade de caracteres.

Por todo o país, onde o *break* e logo em seguida o *Rap* vinham se afirmando desde o início da década de 1980, a princípio como uma curiosidade disseminada pela mídia e, mais tarde, como atitude, outras experiências consolidariam a presença de uma estética *Hip-Hop* na cultura brasileira. Neste sentido, além do exemplo de São Paulo, Belo Horizonte ou Brasília, com seu entorno de cidades satélites lotadas de migrantes, outras referências se fazem destacar em todo o Brasil. A aproximação do rap com a tradição dos trovadores gaúchos em Porto Alegre, passando pelo flerte do break com a capoeira e o tambor de crioula maranhense, do grafite com o Cordel no Recife, até a assimilação dos improvisos poéticos do partido alto no Rio de Janeiro, são exemplos de experiências que reforçam esse caráter de fusão intercultural por que vem passando o hip hop praticado no Brasil. (ALVES, 2008, p. 75)

Como visto, pelas contribuições de Gomes (2012) e Alves (2008), dentro do rap e do movimento hip hop nas mais várias partes do país, existem muitas singularidades. Porém, há também muitas particularidades, onde o rap do local assume ou se manifesta, apropriando-se de elementos culturais do cotidiano de cada lugar. Assim, em todo o país encontramos grande diversidade dentro do movimento, que pode ser considerado movimento, por essas singularidades que formam um eixo central indica a atuação em favor e defesa de suas comunidades em combate às desigualdades, dentre outros.

Entre os trabalhos que versam sobre o hip-hop e ou rap brasileiro na área da Geografia, Rodrigues (2003) trata a questão do hip hop tendo como categoria analítica central os movimentos sociais. O mesmo entende os movimentos como uma “coletividade que se constitui dentro de um processo de luta em um determinado contexto sócio-espacial”, o autor demonstra a importância e as contradições do conceito movimento social para se entender as práticas socioespaciais do hip-hop.

Os movimentos sociais indicam, rigorosamente, mudança (movimento) de lugar (social), sempre recusando o lugar social que lhes são impostos por uma ordem sócio-espacial hegemônica (...). No caso do movimento hip hop, podemos observar que o movimento nega o lugar sócio-espacial que lhe foi imposto pela ordem hegemônica: favelas, conjuntos habitacionais precários, racismo, desigualdade, cidadania mutilada, violência policial. (RODRIGUES, 2003, p. 14)

Considerando a periferia como lugar do movimento hip hop, o autor apontou uma série de questões que podem ser debatidas em busca de entender as práticas dentro do movimento hip hop que historicamente teve representantes que atuaram em busca de transformação das periferias. As questões debatidas são importantes para se pensar a estrutura e lógica do movimento, assim como o seu potencial de resistir e de transformar através das várias linguagens que constituem.

A abordagem da categoria movimento social para se entender o movimento hip hop, colocou uma série de discussões em pauta.

No entanto, o hip hop não é produzido apenas pela vivência da periferia, mas também pelas relações assimétricas de poder e contraditórias com um centro que se coloca em uma posição hegemônica em relação à periferia, no plano político e econômico. (RODRIGUES, 2003, p. 36).

Nesse sentido o autor segue,

Através do discurso do hip hop podemos buscar a compreensão das principais clivagens da sociedade brasileira: o racismo, a desigualdade, a concentração de renda, a cidadania mutilada, a segregação sócio-espacial, a opressão e a violência física, psicológica e subjetiva que são exercidas pela construção de discursos e imagens estigmatizantes pelas elites e classes médias”. (RODRIGUES, 2003, p. 61)

As imagens estigmatizantes produzidas pelas classes abastadas e médias, que associa os moradores de áreas pobres aos problemas ocorridos no espaço urbano, têm relação direta com a questão de classe e o racismo, como visto no primeiro capítulo com Caldeira (2000). A autora aponta para a segregação socioespacial como uma consequência da produção e difusão dessas imagens, sendo que o hip hop e o rap e seus representantes ainda hoje são alvos, por estes terem fortes raízes nas periferias.

Atualmente, com a ampliação do acesso à internet e o surgimento de novas formas de comunicação, grande parte das questões que envolvem o movimento foram modificadas significativamente. Por exemplo, a distribuição e produção fonográfica, anteriormente se dava por meio de uma rede de circulação de discos, havendo dificuldades de comunicação entre os grupos de diferentes cidades. Com estabelecimento das tecnologias de informação, atualmente grande parte de tudo que é e que foi produzido é enviado a plataformas digitais. Existem vários sites e portais que fazem a cobertura dos principais eventos e dos grupos, constituindo apropriações para fortalecer redes e práticas já existente. Estes são fatos que demonstram que o hip hop continua vivo, sendo “uma arma para a periferia”.

Sendo uma das possíveis formas de expressão de jovens moradores principalmente da periferia, que passou a ter veiculação em vários segmentos da população, abrigando enormes diversidades. Porém, uma das características que os marcaram ao longo processo de desenvolvimento, tendo a capacidade de levantar o diálogo de seus representantes com questões sociais.

Assim, abordaremos algumas letras no sentido de se ver o hip hop, aqui por meio do rap, e as discussões que envolvem várias dimensões da questão urbana na atualidade. Sendo esse um importante diálogo, entre uma geografia comprometida com a solução dos problemas

e o hip hop – aqui trataremos especificamente do rap – que pode ser discutido como movimento que tem em sua base a preocupação com o combate às desigualdades e opressões.

4. DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO AO RAP: CAMINHOS PARA A COMPREENSÃO DA CENTRALIDADE DA PERIFERIA NA (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Neste capítulo, tivemos como horizonte uma análise de fenômenos representativos da urbanização contemporânea por meio da avaliação de raps, buscando constatar as suas contribuições para uma análise geográfica sobre a produção do espaço urbano no Brasil. Desta forma, as músicas representam segmentos das periferias que buscam, entre outros objetivos, ter lugar de fala dentro do processo de produção e reprodução do espaço. Assim, o rap é discutido como uma das “vozes da periferia”, que por meio das discussões sobre o cotidiano de boa parte da população marginalizada, torna-se ferramenta de resistência e de luta.

Como linguagem que nasce nestas periferias das urbanas, e tem até hoje forte ligação com ela, apesar de ter ganhado outros espaços na cidade, o rap, historicamente, caracteriza-se por apontar, entre vários outros temas, as contradições do processo de urbanização segregadora. Algumas outras expressões musicais, como o samba e o funk, também têm suas raízes o apontamento dessas contradições.

Abaixo excertos das letras de samba, de Adoniran Barbosa, “Saudosa Moloca” e “Despejo na favela”:

Si o senhor não está lembrado/Da licença de conta/Que aqui onde agora está/Esse edifício alto/Era uma casa velha um palacete assobradado/Foi aqui seu moço, que eu, Mato Grosso e o Joca/Construímos nossa maloca/ Mais um dia nem quero lembrar/Veio os homens com as ferramentas/ o dono mando derruba (...) (BARBOSA, 1974)

Quando o oficial de justiça chegou/ Lá na favela/ E, contra seu desejo/ Entregou pra seu Narciso/ Um aviso, uma ordem de despejo/ Assinada, seu doutor/Assim dizia a 'pedição'/ "Dentro de dez dias quero a favela vazia/ E os barracos todos no chão"/É uma ordem superior” (BARBOSA, 1980)

Entendendo as diferenças entre o samba, funk e o rap, considerando também complexidade e diversidade que existe no interior de cada expressão, podemos apontar que estes têm como um dos pontos importantes, a discussão sobre modo de vida nestes locais, tendo independentemente do contexto, contribuições no apontamento das contradições e das mazelas socioespaciais.

Assim, considerando o período das letras de Adoniran Barbosa e sua relação com os itens discutidos no primeiro capítulo, é possível compreender, em alguns pontos, como se deu a urbanização no caso de São Paulo, marginalizando milhares de pessoas. Além disso, é

possível entender alguns dos efeitos da urbanização capitalista no Brasil. Neste sentido, é importante destacar que a música sempre foi uma das formas de resistência à marginalização, desigualdade e, mais que isso, foi uma de representar desejos e sonhos, muitos deles ligados a uma cidade diferente, não marcada pela marginalização.

Como visto, a análise das composições do rap foi o caminho adotado para a construção da pesquisa, a seguir debateremos temas discutidos que permitem aproximações com a questão urbana, no sentido de compreender a inserção das periferias nesse processo. Um dos desafios, neste trajeto, consiste em estudar a periferia e o rap – ou movimento hip hop como um todo, sem representá-los como passivos no processo de produção do espaço urbano, sendo que esses têm grande papel importante dentro e fora das periferias.

4.1 Contribuições das composições de rap para a compreensão da dinâmica do espaço urbano no Brasil

No caminho de compreender as várias dimensões do espaço urbano, a análise das composições do rap pode contribuir para o entendimento das periferias partindo delas. Porém, é importante sempre ter como horizonte o contexto geral que envolve a produção e reprodução capitalista do espaço, especificamente, o que tange a urbanização brasileira, possibilitando assim, uma a análise sobre a questão urbana atual.

Para além da imagem da cidade que temos, este caminho possibilita pensar na cidade que queremos caracterizada pelos raps que discutem sobre transformação da cidade. Estas letras, em sua grande maioria, demonstram o esforço de parte de um segmento social que o rap representa, de fugir à subordinação imposta às periferias, principalmente, a partir da produção e a criação que dão sentido ao movimento. Nesse sentido, as periferias não podem ser analisadas como completamente subordinadas, sendo que a resistência configura um dos pontos importantes dessa questão contraditória, que é a (re)produção do espaço.

Dessa forma, visto que as periferias estão historicamente envolvidas em discursos que são utilizados ideologicamente para dominação. O rap como linguagem e expressão dos marginalizados no espaço urbano, também é constantemente atacado, sendo taxado como música e movimento de bandidos. Em certa medida, o discurso do “caos urbano” é utilizado para a criação dessa imagem,

O caos urbano é uma imagem criada e socialmente vivida e compartilhada onde a imagem e o crescimento das favelas e o aumento da violência são as principais bases desse discurso. O crescimento urbano desordenado, a falta de um planejamento, são apontados como a principal causa desse caos. Seguindo esta linha de raciocínio, quem

em última análise são caóticos, são os próprios favelados, pois seriam eles os responsáveis por essa desordem. (RODRIGUES, 2003, p. 43)

Diante desse processo, não só o hip hop, mas todos os movimentos que têm raízes na periferia como o funk e o samba, foram, pelo menos em algum momento, alvos da constituição de imagens estigmatizantes. As imagens e os discursos são criados e utilizados para a dominação, a serviço de interesses que, como visto, vem sendo historicamente utilizados para a produção de um espaço desigual.

O discurso do “caos urbano” é uma das formas encontradas para não se tratar da origem dos “problemas” que é estrutural, sendo que o modo de produção capitalista se reproduz, através da produção de desigualdades. Os meios de comunicação de diversas formas reproduzem essas imagens, como em programas policiais e telejornais, que reforçam uma série de estereótipos que ligam os pobres e seus locais de moradia como sendo responsáveis pelos problemas urbanos, locais da desordem.

Aqui reside um ponto importante destas discussões, que a ciência como um todo contribuiu para a constituição destas imagens, inclusive a geografia, que através de conceitos e do ensino de certa forma naturalizam estas questões. Rodrigues (2007), apresenta uma destas representações, a que atribui ao crescimento populacional, especialmente às migrações, como responsáveis diretas pelos problemas urbanos, a ideia de cidades inchadas e a de favelas como câncer urbano, constituem exemplos destas análises. Esta ligação das migrações, do crescimento urbano se tornam centrais para se compreender a dinâmica do espaço urbano, pois servem como justificativas para ações nas periferias baseadas em estereótipos.

Por outro lado, a autora discute que a expansão feita baseada na especulação imobiliária que é fator central para a constituição das cidades desiguais que temos, muitas vezes, é descrita como sinônimo de progresso e modernidade. Assim, é possível destacar a função das representações na estruturação do espaço urbano, enquanto nos espaços da especulação aparecem como positivo, os espaços em que habitam a população pobre são responsáveis pelos problemas na cidade.

Nestas representações que foram reproduzidas também pelo discurso da ciência geográfica, tem raízes no discurso neomalthusiano, que justificam os problemas sociais, como ligados diretamente ao crescimento populacional no mundo. Para análise sobre a urbanização e o crescimento populacional não são levados em consideração, nesta perspectiva, os fatores estruturais que envolvem o processo no qual ocorre a aglomeração populacional nas grandes metrópoles do país, não são discutidas as bases da reprodução capitalista do espaço pois o

discurso é produzido para a dominação e manutenção de suas bases. Em escala nacional, o discurso baseado nestas premissas somado a outros fatores como o racismo tem implicações reais, como na marginalização de grupos de regiões específicas, por exemplo, das pessoas oriundas das regiões Nordeste e Norte, que passam situações de xenofobia nas capitais do Sudeste.

Nesse sentido,

diferentemente dos discursos produzidos pelas elites, o hip hop vai mudar o foco do problema. No discurso das elites, como já vimos, o problema são as periferias, as favelas, logo, são os próprios favelados que são os culpados pela situação de miséria e violência que existe na sociedade. O hip hop vai dizer e criticar de forma contundente esse discurso. Ele vai dizer que se existe violência e miséria não é por culpa da população pobre, mas sim das relações desiguais que constituíram a sociedade (RODRIGUES, 2003, p. 62)

O rap tem um importante papel desmistificador, pautando uma série de questões que são ignoradas propositalmente pelos grandes grupos de comunicação. Dessa forma, por meio da discussão sobre o do cotidiano das periferias, os rappers conseguem demonstrar que grande parte dos problemas e as dificuldades de seus moradores “vem de fora” e, para além disso, consegue demonstrar a criatividade e as possibilidades criadas. Assim, o movimento revela dimensões importantes para se compreender o espaço urbano como um todo, para além das imagens carregadas de estigmas veiculadas sobre as periferias.

É nesse sentido, que muitas pessoas do hip hop e do rap, dizem que eles “salvam vidas”. Entre vários motivos, são destacados a questão de uma visão mais crítica sobre todo esse processo de marginalização, buscando inverter estas representações. Outro fato destacado é a contribuição do hip hop e o rap na vida dos que atuam na cultura é o da inserção social dos membros, pois consiste em formas de ganhar a vida. O rapper Dexter, por exemplo, define o rap como sendo *Revolução Através das Palavras*.

Esta noção, está presente em muitas composições em diferentes contextos. Abaixo a música, “A verdade que liberta”, de “Nega Gizza”:

Microfone na mão, e um grito de alerta/Hip hop a verdade que liberta./ Foi bom pra mim e pode ser bom para você,/ que tá desesperado e não sabe se fazer/ se entregar ao mal, seria fácil demais/ pra sociedade você vivo ou morto, tanto faz [...] Mente aberta tomando a atitude certa, hip hop a verdade que liberta/ Me deu um toque, me tirou da vida errada, fez minha mente trabalhar quando ela estava parada/ Pegando todo fato negativo,/ Botando no papel e transformando em algo positivo [...] se depender dos outros não ser ninguém,/ apenas mais um ladrão/ cansamos de ver irmão decorando chão/ (NEGA GIZZA, 2002)

Nega Gizza levanta uma série de temas que estão presentes em raps dos mais diversos períodos e contextos. Dialogando com o cotidiano das periferias apresenta a preocupação em passar uma mensagem para resistência dos moradores das periferias, para driblarem as dificuldades e resistirem. No contexto que envolve a desigualdade que se materializa em diversas formas nos espaços periféricos, o hip hop é colocado por parte de seus representantes como possível caminho para reverter e se libertar de questões como o uso de drogas e criminalidade, sendo uma forma de transformar tudo em algo positivo para as pessoas dos locais.

Os apontamentos da canção trazem algumas perspectivas presentes em grande parte das construções sobre o cotidiano das cidades e da periferia, que demonstram não só a periferia a partir dela e da visão de seus moradores, mas também a complexa relação que existe com a cidade como um todo e da relação com o mundo.

A leitura dos rappers sobre a cidade passa, em muitos casos, pelo apontamento das relações de desigualdade presente na cidade, pela demonstração de suas origens e também pela exposição de seus objetivos, desejos etc. As discussões desenvolvidas nos capítulos anteriores nos mostram como as imagens produzidas e difundidas sobre os moradores da periferia são utilizadas para a marginalização e dominação de uma classe por outra. Dessa forma, um dos esforços postos para a ciência em geral (que também está em disputa), e da Geografia consiste na desmistificação dessas imagens e de conceitos que carregam as bases para a legitimação de ações que afetam diretamente os espaços de habitação dos trabalhadores.

Os excertos a seguir são fragmentos de letras de rap que apresentam questões sobre estas representações pelos grandes grupos de comunicação no Brasil:

De domingo a domingo segue a culturação /Processo de alienação através da televisão / [...] Com seus rostos maquiados sorrisos forçados/Programas ao vivo ou gravados/ Eles são os serviçais do poder/ Fazem um jogo sujo e esbanjam você. (FACE DA MORTE e GOG, 1999)

Extermínio, tem passagem, covarde, abate/ Maldoso na surdina, pai, criança chacina/ Osasco, Jd. Ângela, Sumaré, Brasilândia/ São Luiz, Santo André, Taboão, Jaguaré/ Quem matou? Quem morreu? Quem é? (Bonde do Gambé) (...)/ A cidade é alerta, a TV aberta/Vai Resende, Vai Datena/ Passa pano, faz a cena. (NEGREDO; BROWN; BLUE, 2016)

o que eu mais vejo é o que muitos preferem esquecer/que a maioria da população vai perecer/ a partir do plano bem forjado da burguesia/ pra excluir, se tá ligado, na covardia/ Noticiário faz mó alarde com a realidade/ faz parecer que o efeito é a causa, mó pilantragem/se não libera a educação não vão entender/ que o inimigo na verdade é quem tá no poder. (SAVOLI e VANDALISMO POÉTICO, 2015)

As letras do Grupo Face da Morte (com participação de GOG) e do grupo Negrodo têm diferentes contextos e abordagens, porém tratam da questão da influência da televisão sobre as condições das periferias. O grupo Face da Morte e o rapper GOG destacam a televisão como reprodutora de conteúdos visando a alienação da população pobre, em favor dos grupos que “detêm o poder”. Já a música do grupo Negrodo, trata a questão dos programas policiais veiculados na televisão, que utilizam das mortes nas periferias para aumentar sua audiência e colaboram para a reprodução e associação da imagem do pobre, morador de periferias (na maioria das vezes negro) como perigoso, bandido ou traficante.

O rapper Mano Brown (primeiro excerto) e o rapper Ice Blue (segundo excerto) ambos do grupo Racionais MC's, têm participações na faixa do Negrodo, onde destacam a questão da imagem criada para periferia e a imagem passada pelo rap,

Eu vim por um motivo... a gente vê falar sobre extermínio, nós que acabamos de perder dois amigos no fim de semana e mais três baleados, no dia das crianças, isso tem acontecido em todos os bairros da periferia de São Paulo e pelo menos na nossa quebrada todo mundo era preto que tava em um lugar aí, os caras chegaram de carro e abriu fogo, tá acontecendo em São Paulo inteiro isso. E eles estão matando por parecer, por parecer ser, mas desde que o Brasil é Brasil a gente sempre teve esse julgamento de parecer ser então, dentro dessa lógica tá morrendo muita gente (...) existe uma maquiagem que faz com que as pessoas se sintam seguras com essas mortes, sendo que na verdade estão perdendo filhos, sobrinhos, amigos, e mais do que uma denúncia é uma realidade. (NEGREDO; MANO BROWN; ICE BLUE, 2016)

O rap, o movimento que continua sendo marginalizado... isso que mudou a cidade de São Paulo, isso que devolveu o orgulho do jovem negro de São Paulo, devolveu a vontade de viver de permanecer em São Paulo, nosso interesse em estar aqui hoje é exatamente esse, que os negros de São Paulo continuam morrendo e a partir do momento que saímos daqui qualquer um de nós pode tá morto amanhã e ser uma manchete de jornal (NEGREDO; MANO BROWN; ICE BLUE, 2016)

A fala de Mano Brown tem apontamentos importantes, principalmente por destacar que a produção dessas imagens é histórica, “desde que o Brasil é Brasil”, esse fato vai de encontro com as discussões de vários autores como em Burgos (1998) e em Rolnik (1999). Estes autores demonstram que os cortiços, formas predominantes de moradia nas cidades como São Paulo e Rio de Janeiro no contexto no início da industrialização, e depois as favelas, sempre foram moldados tendo os discursos como principal instrumento de intervenção. Burgos (1998), demonstra ainda, que nunca se teve um projeto efetivo dos governos para solucionar o “problema das favelas”, porém estas sempre estiveram envolvidas nas falas dos governantes.

Ice Blue, analisa a contribuição do rap dentro desse contexto, onde destaca o papel de devolver o orgulho para os jovens negros, principais alvos destas imagens, e assim principais

alvos das ações que policiais. A violência é destacada por várias falas e letras dentro do rap, que deixa de lado as imagens racistas construídas e parte de outra perspectiva para discussão dos temas.

Dessa forma, a atuação do movimento hip hop e do rap é importante para desmistificar as imagens historicamente construídas sobre os pobres, os periféricos e, especificamente sobre os negros e negras. Uma das formas encontradas e sempre citadas nas músicas é o autoconhecimento, o estudo da história, o aprofundando principalmente sobre pessoas, suas resistências e suas lutas. A questão do racismo é essencial para se compreender a sociedade brasileira, várias letras tratam desta busca por conhecimento e por conhecer quem resistiu para dar sentido as nossas lutas atuais.

Assim, não são raros casos de jovens que encontraram no hip hop forma de compreender como estas imagens são construídas para marginalizar e, a partir disso, atuam de forma a passar a “mensagem” que tem outro tipo de representação sobre a periferia, das pessoas que habitam e suas formas de resistência à condição marginal imposta.

O rap mudou muito em quase quatro décadas no país, porém é possível notar que há semelhanças entre as letras de todos os períodos. Este fato pode ser explicado pelas características presentes no hip hop e no rap, que são passadas de geração em geração, mas também pelas características gerais do processo de urbanização brasileiro, que influenciam a estruturação dos lugares de origem dos que escrevem rap, as periferias das cidades.

Abaixo a letra do grupo Racionais Mc's, Pânico na Zona Sul, de 1990:

Então quando o dia escurece/ Só quem é de lá sabe o que acontece/ Ao que me parece
prevalece a ignorância/ E nós estamos sós/ Ninguém quer ouvir a nossa voz/ Cheia de
razões calibres em punho/ Difícilmente um testemunho vai aparecer/ E pode crer a
verdade se omite/ Pois quem garante o meu dia seguinte/ Justiceiros são chamados
por eles mesmos/ Matam humilham e dão tiros a esmo/ E a polícia não demonstra
sequer vontade/ De resolver ou apurar a verdade/ Pois simplesmente é conveniente.
(RACIONAIS MC'S, 1990)

Mais de 20 anos separam as letras do grupo Racionais Mc's e do grupo Negrodo, sendo o mesmo fenômeno destacado por ambos, os grupos de extermínio que atuam nas periferias, a marginalização e a violência que afeta o cotidiano dos moradores de várias periferias do país. Em uma comparação entre as letras é possível demonstrar uma certa continuidade dos problemas destacados.

MV Bill, “Causa e Efeito”, do álbum de mesmo nome, destaca esta e outras questões que envolvem a desigualdade social no país:

Vivemos da democracia que não funciona/ Condição social que aprisiona/ Vários vão a lona/ Sentados na poltrona/ Recebendo ordens que serão ditadas na telona [...]/ Percebi que a polícia continua sendo o braço governamental/ Na favela dissemina o mal/ Com suas fardas e caveirões/ A serviço daqueles que controlam opiniões, que roubam milhões, donos de mansões/ Constrói a riqueza com a fraqueza de multidões/ Tubarões, engolem o peixe pequeno/ Não vejo plantação de coca no nosso terreno [...]/ Combatente não aceita/ Comando de canalha que a nós não respeita/ Excluído, iludido/ Quem nasce na favela é visto como bandido/ Rouba muito, magnata/ Não vai para cadeia e usa terno e gravata [...]/ A corrupção permite, que atrocidade ultrapasse seu limite/ Por mais que parte elite evite/ Um afrogenocídio existe/ onde pessoas morrem por conta da cor/ Com sobrenome comum não temos valor. (MV BILL, 2011)

Além de tratar de temas como a violência policial, as representações que aproximam quem mora nas periferias à imagem de bandidos, a guerra às drogas¹⁶, e o consequente genocídio da população negra nas periferias, outro aspecto levantado pela música é a “política de ausência”, que é um conceito que carrega a noção que a ausência do Estado na oferta das condições básicas para reprodução da vida nas periferias é, em certo ponto, planejada. Em outras palavras, é possível afirmar que o Estado está presente nesta ausência.

A guerra às drogas, a desigualdade socioespacial, o extermínio da população nas periferias das grandes cidades do país está presente em outras letras do rap. O rapper Eduardo, na música “A era das chacinas”, trata destas e de outras questões que envolvem o cotidiano de várias periferias no Brasil:

Militantes sagram, denunciando a injustiça seletiva/ Que criminaliza, condena, dizima, população empobrecida/ A Síria se assustaria com 8 carros funerários/ Saindo do mesmo bairro, no mesmo horário/ Em uma semana os protetores dos “Lords” brancos/ Matam mais que a ditadura em 20 anos/ [...]/ Minha rima se junta ao clamor de justiça na cartolina/ Pra ser outro ato de repúdio contra a era das chacinas./ A era contemporânea com seus rifles e tocas ninjas/ Deu luz no solo segregado, a era das chacinas/ Depois das 10 todo excluído, vira alvo vivo/ Candidato aos Clá-Clá-Bum e velório coletivo. (EDUARDO, 2014)

A música apresenta acontecimentos que fazem parte do cotidiano das grandes cidades e metrópoles do país, que expressam em sua face mais fidedigna dos efeitos de uma produção capitalista do espaço. Na entrevista abaixo concedida a Ponte Jornalismo em 2015, Eduardo faz importantes apontamentos que complementam a música citada acima:

Eles criminalizaram a pobreza a tal ponto do cara da periferia achar que isso é natural, que isso é a justiça sendo feita, que isso é política de segurança, o extermínio na periferia. Então existe uma legitimação e uma aceitação... então é isso aí, quando morre um da periferia é normal. (EDUARDO, 2015)

¹⁶ Segundo Karam (2015) “a ‘guerra às drogas’ não é propriamente uma guerra contra as drogas. Não se trata de uma guerra contra as coisas. Como quaisquer outras guerras, dirige-se sim contra as pessoas - os produtores, comerciante e consumidores das substâncias proibidas. Mas, não exatamente todos eles. Os alvos preferenciais da guerra às drogas são os mais vulneráveis”. Mais do que o apontando pela autora, esta guerra afeta mais quem não tem relação nenhuma com as drogas.

Na entrevista do rapper Eduardo, fala sobre os portais de informação, principalmente da televisão, que trata este extermínio como normal, sendo um dos principais responsáveis pela naturalização do genocídio da população das periferias, que o rapper chama de regime de extermínio. Nas letras do rapper é possível encontrar a discussão de questões responsáveis pela condição periférica/marginal, como o papel do Estado e da burguesia, no extermínio e no encarceramento em massa da população da periferia. Assim, o rapper avalia estes fenômenos como luta de classes, dando ao hip hop um papel importante através da informação que leva as periferias, que inverte o sentido das imagens criadas pelos meios de comunicação.

Jovem preto, periférico, vivo, as quebrada viraram campo de extermínio/ matam milhares de nós com a qualidade péssima desse ensino/ cada aluno que sai da escola é mais um alvo, quem tá a salvo?/ cada menor abandonado mais um pixote assassinado/ Osasco e Barueri, uma chacina em cada esquina/ 5 no RIO, 5 em MOGI, aqui 5 pretos no carro ele fuzila/ quantos massacre do carandiru? quem banca a bancada da bala?/ quantos Amarildo e Claudia, até que prendam os malditos assassinos de farda? (MC MESTIÇO, 2016)

A mulher negra vai marchar contra os racistas /pra acabar de vez com a história dos machistas/pelo fim do genocídio da juventude negra/ acontece todo dia, não finja que não veja/ onde a parcela mais oprimida e explorada da nação/ luta diariamente contra a criminalização/ quer moradia digna, educação e saúde/ pelo tom de pele ninguém nunca te julgue/ cansada de uma mídia sexista e racista/ que só promove a violência física/ anônimas, famosas, afro, latinas, brasileiras/ são suas as vitórias grandiosas guerreiras/ lutando por suas terras mulheres quilombolas/ trazendo a ancestralidade em cada aurora/ marchando mulheres contra o racismo e a violência/ pois todas juntas fazemos diferença./ [...] uma legião de lutadoras clandestinas silenciadas/ enquanto a impunidade segue sua rotina / matando. Julgando a marginalizada/ sou mais uma Claudia mais uma negra arrastada/ cansada da pobreza que pra nós já foi imposta/ o som do meu tambor, sim, já é minha resposta. (HANSEN; BRANDÃO, 2015)

Branco correndo tá atrasado/ Preto correndo tá armado/ E é tiro da polícia para todos os lados/ Genocídio cresce no meu povo negro/ Porque temos que morrer/ Só porque somos pretos/ Polícia racista, raça do diabo/ Estão nas ruas correndo/ Pra todos os lados/ Com sangue no olho, em desespero/ Pego o negro estudante e fala que é suspeito” (PRETA-RARA, 2015)

Tanto a letra de Eduardo, como as de Mc Mestiço e de Luana Hansen (com participação de Leci Brandão) trazem para a discussão a questão do genocídio da população periférica, principalmente o da população negra. Este fato é evidenciado por várias chacinas e assassinatos que ocorrem diariamente nas periferias do país. Mc Mestiço discorre sobre algumas das chacinas recentes que ganharam maior repercussão como a de Osasco e Barueri, relacionando com as execuções ocorridas no presídio Carandiru no início da década de 1990, demonstrando que as práticas características do Estado brasileiro nas periferias. Luana Hansen, para além de levantar estas discussões cita relaciona estes temas com vários outros como a questão das lutas por moradia, educação, saúde, pontuando e colocando em pauta a condição e as resistências das mulheres negras neste processo.

Dessa forma, considerando que o racismo é um elemento chave para se compreender a estruturação do espaço urbano brasileiro e todas as suas desigualdades, o rap tem importantes contribuições. Em um primeiro momento podemos observar que através das suas práticas e discussões se tem um desvendamento das imagens que foram historicamente utilizadas para marginalizar os moradores das periferias. Em um segundo momento, através do resgate e denúncias este fortalece as lutas antirracismo.

Como visto, o hip hop e o rap tem como característica a luta constante contra as desigualdades e as opressões, porém fazendo parte da sociedade, também reproduz suas desigualdades e preconceitos característicos. Desta forma, vários segmentos dentro do rap têm no movimento uma forma de lutar contra a desigualdade interna e externa ao movimento. As mulheres, por exemplo, para além de discutirem, entre outros temas, as condições de marginalização imposta as periferias como um todo, também pautam o machismo, a violência doméstica e outros temas internos e externos ao rap.

O rap, assim como o movimento hip hop como um todo, apresenta uma característica importante o de contestação constante das práticas dos membros. Assim, podemos observar que este tem grande importância para vários segmentos e vem sendo apropriado por vários grupos dentro (mas também fora) das periferias em busca de espaço e de um lugar de fala, como forma de combate as várias opressões.

Dessa forma é possível afirmar que um dos elementos centrais do rap e também do movimento hip hop é ter como ponto de partida as contradições que envolvem o cotidiano, principalmente das diversas formas e processos que levam a desigualdade e marginalização desses grupos. Por outro lado, retomando o exemplo das discussões trazidas por Gomes (2012), é possível compreender a apropriação do rap e do hip hop por diversos grupos de “vários cantos” do país, em busca de lugar de fala sobre as lutas cotidianas. O autor apresenta o caso de grupos indígenas moradores na Amazônia que encontraram na mistura entre elementos culturais da região e do rap uma forma de expressão e resistência dos problemas do cotidiano da aldeia, mas também dos indígenas de todo país.

As diversas letras de rap tem em comum o fato de trazerem para um mesmo plano de análise uma série de questões fortemente, mas não só ancoradas no cotidiano desses grupos. Dessa forma, em uma relação com a Geografia é importante a busca pela compreensão das diversas escalas e fenômenos que envolvem os processos percebidos pelas letras de rap, no nosso caso o da urbanização contemporânea e a centralidade da periferia, que podem servir como ponto de partida para a compreensão do espaço geográfico.

A urbanização contemporânea tem como uma de suas características a mudança do caráter público do espaço, muito pela difusão de ideias e políticas neoliberais, sendo caracterizado como período de globalização-neoliberal. Em outras palavras, a cidade se torna mercadoria, o espaço público e outros espaços é para quem pode pagar, a proximidade é renunciada em favor da distância, a própria forma das cidades é um indicativo desse fenômeno, como apontado por Rolnik (1999) e Caldeira (2000). O movimento hip hop, dentro dessa perspectiva, pode ser visto como resistência diante desse processo de mudança do caráter público do espaço dos espaços, por propor novas formas de ocupação, sendo que grande parte dos eventos e atividades são organizados em escolas, praças ou ruas, propondo uma aproximação com os espaços públicos, esses voltam, pelo menos durante esses eventos a ser lugar da proximidade, do encontro.

Aqui reside a importância de se pensar o lugar, como base da reprodução da vida, onde as resistências ocorrem, bem como, como mediação entre o “local e a mundialidade”,

A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. (CARLOS, 2007, p. 17)

Cavalcanti (1999, p. 90) afirma que o fenômeno da globalização indica uma tensão contraditória entre a homogeneização das esferas da vida social e fragmentação/diferenciação e antagonismos sociais. Nesse sentido, sua compreensão requer a análise das particularidades dos lugares, que permanecem, mas que não podem ser entendidas nelas mesmas.

No mesmo sentido, Damiani (1999) propõe incorporar ao espaço a crítica da vida cotidiana, que põe acento na reprodução das relações sociais. Essa é proposição trazida para o centro da análise o cotidiano, que segundo a autora, envolve outros momentos da vida, além do trabalho. “Lidando com o cotidiano, coloca-se acento ao social como nível mediador entre o econômico e político, totalmente atingido por outras esferas do real. (...) Por ser solo da reprodução, é também, o que deve se transformar prioritariamente” (DAMIANI, 2000, p. 161)

Dessa forma a relação entre o lugar e o cotidiano nos permite compreender a atuação do movimento hip hop e o rap enquanto expressão da vida e, mais que isso, como possibilidades, como contestação e de resistência, no nível que destaca o social, sem se esquecer do econômico e político que o moldam.

Outros temas se fazem presentes dentro das discussões propostas pelas letras de rap, como marcas da vida cotidiana, o transporte público e a moradia, por exemplo, são destaques

de várias letras desde as primeiras letras de rap. Abaixo trechos de letras que trazem para a discussão a questão da moradia:

Milhões de brasileiros não tem teto não tem chão/ Eu sou apenas mais um na multidão/
Não vai pra grupo com minha calça, minha peita, minha lupa/ Se canto Rap aí, não se iluda./
Alá! Tô vendo a cena vai chover e o rio vai transbordar/ E meu castelo de madeira vai alagar. /
Isento de imposto eu mesmo abraço com meus prejuízos/ Natural sofrer se os cordões são indecisos./
Mil avisos, periferia desestruturada/ Mil muleque louco, no crime mostra a cara./
Centenas de vezes vi a cena se multiplicar/ Quando cheguei aqui não tinha ninguém agora tem uma pá. (A FAMÍLIA, 2004)

Vi condomínios rasgarem mananciais/ A mando de quem fala de deus e age como satanás./
(uma lei) quem pode menos, chora mais, / Corre do gás, luta, morre, enquanto o sangue escorre/
É nosso sangue nobre, que a pele cobre,/ Tamo no corre, dias melhores, sem lobby./
Hei, pequenina, não chore./ TV cancerígena, /Aplauda prédio em cemitério indígena. /
Auschwitz ou gueto? índio ou preto? Mesmo jeito, extermínio, / Reportagem de um tempo mau, tipo Plínio./
Alphaville foi invasão, incrimine-os/ Grito como fuzis, uzis, por brasis/ Que vem de baixo, igual Machado de Assis./
Ainda vivemos como nossos pais Elis / Quanto vale uma vida humana, me diz? / (...)/
É só um pensamento, bote no orçamento/ Nosso sofrimento, mortes e lamentos,/
Forte esquecimento de gente em nosso tempo/ Visto como lixo, soterrado nos desabamento/
Em favela, disse Marighela. Elo/ Contra porcos em castelo/ O povo tem que cobrar com os parabelo/
Porque a justiça deles, só vai em cima de quem usa chinelo/ -E é vítima, agressão de farda é legítima./
Barracos no chão, enquanto chove./ Meus heróis também morreram de overdose, /
De violência, sob coturnos de quem dita decência. Homens de farda são maus, era do caos,/
Frios como halls, engatilha e plau! / Carniceiros ganham prêmios, /
Na terra onde bebês, respiram gás lacrimogênio. (EMICIDA, 2013)

Na primeira letra, escrita pelo grupo A família, em 2004, discute-se a realidade de parte da população que vive nas periferias das grandes cidades brasileiras, que sofre com enchentes, falta de infraestrutura básica como saneamento, energia, água encanada. Como visto, a promessa de se dar condições dignas para todos nunca foi cumprida, sendo que muitas pessoas são obrigadas a viverem em locais insalubres. Estas mesmas pessoas, como já discutido, são alvos preferencias das representações, a imagem que é passada é a de que são responsáveis pela pobreza e desigualdades que existem nas cidades, mas estas, ao contrário, podem ser vistas como resultados do processo desigual que envolve a produção da cidade capitalista. Dessa forma, é importante definir que estes locais não podem ser reduzidos ao morar, consiste em uma gama de temas que vão desde problemas com serviços básicos até a produção de imagens estigmatizantes que afetam diretamente esses espaços.

O rapper Emicida escreveu a música Dedo na Ferida, se referindo ao caso das “desocupações” que, onde “várias quebradas devastadas pela ganância”, especialmente o caso do Pinheirinho que foi removido violentamente em 2012, na cidade de São José dos Campos em 2012. Segundo alguns dados, quase 9 mil pessoas moravam na ocupação que foi criada em

2004, em um terreno de uma empresa falida, de um proprietário que devia milhões para a prefeitura. O caso ganhou destaque e foi amplamente discutido, este, na verdade é a face atual de um processo que representa como, historicamente, os pobres que fazem parte da massa de incluídos perversamente na reprodução do capital são tratados pelos governos.

O direito à moradia é completamente ignorado em favor e defesa da propriedade privada. Quase sempre estes locais em que são realizadas as reintegrações de posse são alvos/ de incorporadores interesse imobiliário, que se confundindo com o Estado, utilizam-se da legislação urbana em busca de construir cidades para a acumulação ampliada da riqueza, onde os pobres têm como única função o trabalho. A letra do grupo Inquérito traz para a discussão outro fenômeno, discutido por vários autores: “tira os pobres do centro, faz um cartão postal/ é o governo tramando, photoshop social”. (Inquérito, 2014). Como visto, o fenômeno das remoções é característico da urbanização brasileira e está ligado a desigualdade presente como um todo na sociedade, tendo relação com a concentração da terra, seja no campo e na cidade. As cidades desiguais que temos são resultados das contradições presentes na luta por terra, constituindo campo de disputa dos trabalhadores brasileiros.

Outro tema que envolve a questão urbana tem relação com o transporte público, fortemente espoliativo, e é sempre discutido pelas letras de rap, demonstrando uma série de problemas, sendo possível analisar pela ótica do processo de periferização, que levou e leva os bairros mais pobres para longe dos centros, onde grande parte das populações necessitam enfrentar horas de viagem em transporte público, convivendo com lotação e veículos muitas vezes inadequados.

Pegar o trem é arriscado/Trabalhador não tem escolha/Então enfrenta aquele trem lotado/ (...)E aos milhares de todos os tipos/De manhã, na neurose, como/Pode ter um dia lindo/Portas abertas mesmo correndo/ Lotado até o teto sempre está/ Meu irmão vai vendo/ Não dá pra agüentar, sim/ É o trem que é assim, já estive, eu sei, já estive/ Muita atenção, essa é a verdade/ Subúrbio pra morrer, vou dizer é mole (...). (RZO, 1999)

Periferianos, distantes estamos/ Eles querem manos, minas, longe do plano/ Acesso buscamos, nos mobilizamos/ Rapidez precisamos, uma taxa pagamos/ Para ter busão, lotação, metrô/ Fura fila, teve quem votou, mas não rolou/ Povo paga caro, ganha pouco, prejuízo/(...)/A viagem é coletiva, mas também é pessoal/Cada um busca uma forma de manter o astral/Ouvindo um som, bolando ideia, lendo jornal/Horário de pico, metrô lotado, passando mal/Trabalhador no veneno bem antes do serviçal/ Para o pobre, dificuldade é a real/ A liberdade dos carros correndo na Radial/ Quem não pode, faz um investimento mensal/ Uma cota considerável quando soma o total/ Quem não se move, fica maluco, esse é o final/ Se não pagar transporte vai pagar pelo Gardenal (...). (RINCÓN SAPIÊNCIA, 2013)

Cidade, sem mobilidade urbana, semana insana/ Mais tempo dormindo no buso que na própria cama/ A violência grita e deixa a gente mudo/ O silêncio fala mais alto do que tudo. (INQUÉRITO, 2018)

Nos excertos podemos observar o destaque para um transporte público com problemas. Mesmo tratando sobre diferentes contextos e tipos de transporte, como o trem (no caso do RZO) e do ônibus (no caso de Rincón Sapiência e Inquérito) é possível afirmar que os problemas com o transporte público, como superlotação e poucos ônibus rodando em periferias distantes, persistem.

As letras do grupo Inquérito e de Rincón Sapiência mostram a questão das horas passadas dentro dos ônibus por moradores das periferias nas grandes cidades. A falta de mobilidade está, entre outras questões, com o processo de estruturação espaço urbano baseado na opção pelo transporte individual (automóvel) e a conseqüente falta de efetividade do sistema de transporte coletivo. Aqui, ao retomar as discussões propostas por Harvey, podemos entender a relação onde os moradores das periferias ficam sujeitos a exploração e espoliação urbana, este último sendo avaliado, como visto, na não garantia das condições mínimas para reprodução da vida como na questão da moradia e do transporte público.

Rodrigues (2007), afirma nas áreas mais pobres os “moradores ficam segregados em seus próprios lugares de moradia e exceto quando estão cumprindo a jornada de trabalho, não circulam na área onde predomina a riqueza. Riqueza que ajudam a produzir”, mas que não se realiza nos espaços periféricos. Essas áreas – cortiços, favelas, ocupações coletivas de terra – são tidas como anomalia da urbanização, são, de fato, resultado dela e em perspectiva histórica.

Entre vários outros temas presentes nas letras de rap, a educação também é pautada como uma das principais causas da condição de marginalização da população. O sistema de ensino brasileiro reflete a desigualdade de todas as esferas. Apresentando-se de forma incipiente nas periferias, com muitas escolas em condições de extrema carência passando por problemas como a falta de merenda, carteiras, professores etc.

Aqui podemos destacar outras possíveis contribuições do movimento hip hop e do rap, como o incentivo e valorização à leitura, são vários projetos levados no sentido de promover a leitura, como bibliotecas comunitárias e distribuição de livros. Desta forma, a questão da circulação da informação e o conhecimento são valorizados como principais “armas” para se resistir à marginalização imposta. Retornando a questão de que o rap e o hip hop salvam vidas, outra característica destacada é que o conhecimento autoconhecimento, através das histórias dos que resistiram e que muitas vezes são ignorados pelo ensino oficial.

Andrade (1999) discute rap e educação, destacando projetos onde se parte do movimento, que está muito atrelado com a realidade de cada cidade representando a luta pelo direito à cidadania, para se discutir uma série de temas, que vão desde temas formais até temas

trazidos pelo hip hop, segundo a autora, nunca, na história do país houve uma mobilização social tão expressiva, produzida por jovens negros.

Sendo que a principal atividade exercida pelos profissionais da Geografia é o ensino, uma das possíveis contribuições na valorização das lutas e resistências dos povos que foram marginalizados. Outra questão importante que também deve ser pensada é que o ensino e a educação como um todo também são campos em disputa, sendo essencial, para o caso da Geografia a busca e a valorização de uma Geografia que parta da compreensão das desigualdades para assim buscar transformação social. Dessa forma, ensinar uma geografia crítica, como citado por Oliveira (1988), é a geografia voltada para o desenvolvimento e formação como cidadão, que possibilite a formação/criação de um universo crítico que lhes permita se posicionar em relação ao futuro, que lhes permita finalmente construir o futuro.

Nesse sentido, Moreira (1982) que define que a geografia serve para desvendar máscaras sociais, podemos dizer que a questão urbana na atualidade se apresenta como importante tema a ser desvendado, pois está cheia de máscaras, que tem raízes ideológicas que servem para a dominação, sendo que a geografia em contato com as discussões do rap pode contribuir para se pensar outros tipos de relações com cidade.

A partir das questões levantadas é possível discutir as contribuições do rap para a compreensão da cidade e de diversos temas que envolvem a estruturação do espaço urbano brasileiro. As letras de rap que têm forte ligação com temas que envolvem as periferias e nos ajuda a compreender a dinâmica da produção desigual do espaço no capitalismo e, mais do que isso, expressando a resistência e as lutas cotidianas por uma outra cidade, apresenta possíveis caminhos em busca de novas cidades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos principais objetivos do trabalho foi tentar demonstrar a centralidade da periferia na produção do espaço urbano. Podemos afirmar que as ações do hip hop e as letras de rap contribuem para se pensar a cidade e os tipos de relações que temos e para além disso nos apresenta possibilidades, pela busca pela cidade que almejamos. Assim, em certo sentido, o rap também coloca a cidade no centro da análise. Ao contrário do que pretende a concepção dominante da produção do espaço, as periferias como lugar da repetição, podemos enxergar nas letras formas de resistir e de propor novos caminhos para o urbano, através da criação. Sob tal perspectiva, pelas lentes do rap, revela-se outra periferia, talvez até mais precária mas, certamente, mais e rica e mais complexa.

O rap que nasce nas periferias das cidades e, como visto, ainda hoje carrega muito da herança do seu local de origem, passa a ocupar espaços antes não alcançados pelos que vem da periferia, ganhando um certo lugar de fala. Da mesma forma, este que sempre foi uma forma de expressão de diversos segmentos marginalizados dentro da periferia, segue sendo a voz de diversos segmentos marginalizados, mas não só na periferia, expressando as lutas diárias de vários segmentos.

Para análise das letras fizemos o movimento que consistiu em partir de questões estruturais onde pudemos captar a essência dos processos que constituem as periferias das cidades dentro do sistema capitalista. Neste movimento passamos pelas discussões de conceitos como segregação socioespacial, exploração e espoliação urbana, em linhas gerais estas discussões trouxeram para o trabalho alguns aspectos do que consiste a urbanização capitalista.

Em seguida ao analisar as letras fazendo um movimento complementar, demonstra-se a importância destas produções para se compreender todos os sentidos destas periferias para além do que seria sua função, de reprodução e repetição.

Assim, afirmamos que entre as várias propostas discutidas nas letras e no movimento hip hop, algumas delas se aproximam da discussão feita sobre a essência do que consiste o direito à cidade, como a liberdade de construir e reconstruir a cidade como lugar de realização da vida. De tal forma, por meio de gestos, práticas contidas no interior do diverso movimento que é hip hop e do rap, é possível se compreender alguns elementos estruturadores das cidades e também se ter a noção da busca por uma cidade diferente.

Diante da diversidade e da complexidade interna do rap, que vai muito além das questões postas em discussão neste trabalho, procuramos demonstrar a capacidade e abrangência como uma das vozes da periferia, mas também demonstrar as diversas

contribuições do movimento hip hop e das letras para discussão não só da questão urbana, mas de temas importantes como a educação. Neste caminho, acreditamos que o rap tem muito a contribuir com os Geografia, tanto em pesquisas quanto no ensino, pois os dois de formas distintas buscam compreender e desmistificar as relações que envolvem a produção do espaço.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Valmir Alcântara. **DE REPENTE O RAP NA EDUCAÇÃO DO NEGRO: O Rap do Movimento Hip Hop Nordeste como Prática Educativa da Juventude Negra**. 2008. 135p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.
- AMARAL, Marisa. De volta para o futuro. In: **Hip-hop Hoje: o Grande Salto do Movimento que fala pela maioria urbana**. São Paulo: Caros Amigos, 2005.
- ANDRADE, Elaine Nunes de. Hip Hop: movimento negro juvenil. In: ANDRADE, E. N. (Org). **RAP e educação RAP é educação**. São Paulo: Summus, 1999.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A; ALVITO, M (Orgs). **Um século de favela**. FGV: Rio de Janeiro, 1998.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34: São Paulo, 2000.
- CAMARGOS, Roberto. **RAP e política: percepções da vida social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- CHAU, Marilena. **Cultura e democracia**. São Paulo, Editora Moderna, 1984.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos Sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- _____. O consumo do espaço. In: CARLOS, A. F (org). **Novos caminhos da geografia**. 5. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. Brasileiro: cidadão?. **Revista do Legislativo: Minas Gerais**, 1998.
- CHAUHOLB, Sidney. **Cidade Febril**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996
- DAMIANI, Amélia Luisa. A metrópole e a indústria reflexões sobre uma urbanização crítica. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, 2000.
- _____. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, A. F (org). **Novos caminhos da geografia**. 5. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- FELIX, João Batista de Jesus. **Hip Hop: cultura e política no contexto paulistano**. 2005. 206p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- GOMES, Renan Lelis. **Território usado e movimento hip-hop: cada canto um rap, cada rap um canto**. 2012. 159 f. Dissertação. Campinas, Universidade Estadual de Campinas , 2012.

- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: ANNABLUME, 2005.
- _____. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- _____. **O Enigma do Capital e as crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HERSCHIMANN, Micael. **O funk e o hip hop invadem a cena**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- KARAM, Maria Lucia. Violência, militarização e ‘guerra às drogas’. In: KUCISKY, B.; et al. **Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- KOWARICK, Lucio. **Espoliação Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- LEFEBVRE, Henri. Da cidade a sociedade urbana. In: LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- MARICATO, Ermina (ORG). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.
- MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____. **SUBÚRBIO: Vida cotidiana e História no Subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha**. São Caetano do Sul: Editora Hucitec, 1992.
- MAUTINER, Yvonne. Periferia como fronteira de expansão do capital. In: DEÁK, C; Schiffer, S. R. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.
- MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar mascaradas sociais. IN: _____. (ORG). **Geografia, Teoria e Crítica: O Saber Posto em Questão**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Educação e Ensino de Geografia na realidade brasileira. IN: OLIVEIRA, A. U. **Para onde vai o ensino de Geografia?**. São Paulo: Contexto, 1994.
- OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**. 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- RIBEIRO, Luiz César Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: As formas de produção de moradia na cidade do Rio de Janeiro**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Movimentos Populares urbanos e a luta contra a Segregação Socioespacial. In: **Quintas Urbanas**. Porto Alegre: FURGS, 2007.
- ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei - legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1997.
- _____. **Guerra dos lugares – A colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROSE, Trícia. Política, estilo e cidade pós industrial no hip hop. In: HERSCHIMANN, M. **Abalando os anos 90: Globalização, violência e estilo cultural**. Rocco: Rio de Janeiro, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**. São Paulo: Edusp, v.1, 2001.

SCHIFFER, Sueli Ramos. São Paulo como polo dominante no mercado unificado nacional. In: DEÁK, C; Schiffer, S. R. **O processo de urbanização no Brasil**. EDUSP: São Paulo, 2004.

SILVA, José Carlos Gomes. **Rap na cidade de São Paulo**: Música, Etnicidade e Experiência Urbana. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

SILVA, Ricardo Toledo. A regulação e o controle público da infra-estrutura urbana e dos serviços urbanos no Brasil. In: DEÁK, C; Schiffer, S. R. **O processo de urbanização no Brasil**. EDUSP: São Paulo, 2004.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006, p. 59-87.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de reexistência**: Culturas e Identidades no Movimento Hip Hop. 2009. 206f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

PIMENTEL, Spensy. **Sete é a conta**. In: Caros Amigos. HIP HOP HOJE, São Paulo: Casa Amarela, 2005.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini** – Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2001.

_____. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C; Schiffer, S. R. **O processo de urbanização no Brasil**. EDUSP: São Paulo, 2004. p. 169 – 245.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. Introdução. In: ZALUAR, A; ALVITO, M (Orgs). **Um século de favela**. FGV: Rio de Janeiro, 1998. **Um século de favela**. FGV: Rio de Janeiro, 1998.

ZALUAR, Alba. Crime, medo e política. In: ZALUAR, A; ALVITO, M (Orgs). **Um século de favela**. FGV: Rio de Janeiro, 1998.

Documentos sonoros

A FAMÍLIA. **Castelo de Madeira**. In: A FAMÍLIA. **Cantando com a alma**. [SI]: Sky Blue Music, 2004. 1 CD. Faixa 12.

BARBOSA, Adoniran. Despejo na Favela. In: BARBOSA, A. **Adoniran e Convidados**. São Paulo: EMI-Odeon, 1980. 1 LP. Faixa 13.

_____. Saudosa Maloca. In: BARBOSA, A. **Adoniran Barbosa**. São Paulo: EMI-Odeon, 1974. 1 LP. Faixa 4.

CONSCIÊNCIA HUMANA. Dia de Revolução. In: CONSCIÊNCIA HUMANA. **Agonia do Morro**. São Paulo: Só Monstro, 2003. 1 CD. Faixa 5.

EDUARDO. A era das chacinas. In: EDUARDO. **A fantástica Fábrica de Cadáver**. São Paulo: Só Monstro, 2014. Faixa 9.

EMICIDA. **Dedo na Ferida**. São Paulo: [SI], 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QdvYAjQYdIs>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

FACE DA MORTE; GOG. Televisão. In: FACE DA MORTE. **O crime do raciocínio**. [SI], Sky Blue Music, 1999. 1 CD. Faixa 3.

NEGA GIZZA. A verdade que liberta. In: NEGA GIZZA. **Na Humildade**. Rio de Janeiro: Chapa preta, 2002. 1 CD. Faixa 4.

HANSEN, Luana; BRANDÃO, Leci. **Negras em Marcha**. São Paulo: [SI], 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p6kRqzpoo3k>> Acesso em: 15 ago. 2017.

INQUÉRITO. Eu só peço a Deus. In: INQUÉRITO. **Corpo e Alma**. [SI]: [SI], 2014. 1 CD. Faixa 5.

INQUÉRITO; ZECA BALEIRO. Vitrines. In: INQUÉRITO. **Tungstênio**. [SI]: [SI], 2018. 1 CD. Faixa 3.

MC MESTIÇO. **Revolta das Canetas**. [SI]: [SI], 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DEKKrPNkRpw>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

MV BILL. Causa e Efeito. In: MV BILL. **Causa e Efeito**. Rio de Janeiro: Chapa Preta, 2015. 1 CD. Faixa 1.

NEGREDO; MANO BROWN; ICE BLUE. Extermínio. In: NEGREDO. **Cash Game**. São Paulo: [SI], 2016. 1 CD.

PRETA-RARA. Falsa abolição. In: PRETA-RARA. **Audácia**. São Paulo:[Si], 2015. 1 LP. Faixa 6.

RACIONAIS MC'S. Pânico na zona sul. In: RACIONAIS MC'S. **Holocausto Urbano**. São Paulo: Zimbabwe, 1990. 1 LP. Faixa 1.

RINCÓN SAPIÊNCIA. **Transporte Público**. São Paulo: [SI], 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=giWImxdOXAU>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

RZO. O trem. In: RZO. **Todos são manos**. São Paulo: Cosa Nostra, 1999. 1 CD. Faixa 16.

SAVOLI, Cíntia; VANDALISMO POÉTICO. **A voz do excluído**. [SI], [SI], 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jiKv9yjZGEU>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

Imagens em movimento

CARCANHOLO, Marcelo. **A crise e o capital fictício**. Entrevistadora: Eliana Tavares. 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v_RCwqf5H1k> Acesso em: 06 ago. 2017.

EDUARDO. **Naturalizam o extermínio na periferia**. Entrevista concedida a Ponte Jornalismo. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qTfIEA60GIQ>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

MONGE MC. **Griot Urbano**. 1ª Temporada. Produção: Monge “Griot Urbano”. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLhEkQxAxnoFkF91WZwzZ0_BOnoVStjaQh> Acesso em: 20 ago. 2017.